



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Tema: Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura.

Salvador, 19 de fevereiro de 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

- Breve apresentação

O presente relatório visa registrar o processo de realização da 2ª Audiência Pública para discutir, informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o Projeto de Lei Nº 396/2015 que “dispõe sobre o Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano Do Município de Salvador - PDDU” e dele constam os seguintes conteúdos, sob a forma de documentos anexos:

- Anexo I** - Cópia do Edital de convocação, contendo Regimento das audiências e procedimentos aplicáveis.
- Anexo II** - Cópia do Roteiro geral das audiências públicas;
- Anexo III** - Cópia do Cronograma de audiências públicas;
- Anexo IV** - Lista de presença dos participantes;
- Anexo V** - Cópia da Minuta da Ata da 2ª audiência;
- Anexo VI** - Ata da 1ª Audiência Pública aditada;

Comissão Técnica da Câmara: Lidia M. L. Santana - Coordenadora
Ivanise Pimentel Melo
Mário Nunes Marcelino da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

- **Introdução**

Em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 4º, incisos I, II e III, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), regulamentados pelos artigos 4º, incisos I, II e III, e 8º, incisos I, II, III, IV e V, da Resolução Concidades nº 25, de 18 de março de 2005, combinado com o artigo 43 da Lei 10.257/2001 citada e com os artigos 80 e 110, que tratam da Política Urbana e dos Atos Administrativos, da Lei Orgânica Municipal, o presente relatório visa registrar as discussões e debates ocorridos na Segunda Audiência Pública, conforme roteiro e cronograma anexos, realizada no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro.

- **Andamento dos trabalhos**

Com o objetivo de aproximar a população das informações técnicas e estabelecer diretrizes, normas e conceitos, para se obter legitimidade, transparência e objetividade na discussão, a audiência fora marcada para ocorrer no período entre às 8h30min e 13h, conforme Edital de Convocação publicado no DOL do dia 02/02/2016.

Desta forma, ocorreu no Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador, a segunda de uma série de 16 audiências públicas temáticas, organizadas pela Casa, a serem apresentadas antes de o Projeto ser levado à votação. Com esse propósito, reuniram-se, sob a direção do Presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Paulo Câmara, os vereadores Aladilce Souza, Antônio Mário,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Arnando Lessa, Claudio Tinoco, Eliel, Euvaldo Jorge, Everaldo Augusto, Geraldo Júnior, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, Joceval Rodrigues, J. Carlos Filho, Kátia Alves, Kiki Bispo, Léo Prates, Luiz Carlos de Souza, Paulo Magalhães Júnior, Pedrinho Pepê, Sílvio Humberto, Vânia Galvão e Waldir Pires.

A audiência contou com aproximadamente 87 representantes da sociedade civil organizada, que se inscreveram para contribuir com sugestões e críticas, as quais podem ser incorporadas ao projeto de Planejamento Urbano.

Compondo a Mesa, estavam: o senhor Presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Câmara, o vereador Luiz Carlos de Souza, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Érico Mendonça, secretário de Cultura e Turismo de Salvador; Paulo Henrique de Almeida, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Economia e atual Diretor da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia; Fernando Guerreiro, Presidente da Fundação Gregório de Matos; e José Saraiva, representante do Conselho Municipal da Cidade.

Traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), as falas foram transmitidas ao vivo pela TV Câmara - canal aberto 61.4; pelo canal fechado da operadora SIM, canal 10 e pelo portal da Transparência (www.cms.ba.gov.br).

O secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Érico Mendonça, em sua apresentação, explanou a respeito da realidade do turismo baiano e suas perspectivas com o novo PDDU que, segundo aduziu, se baseia em uma moderna noção de interação com a população.

Em seguida, demonstrou dados mundiais acerca das expectativas de receitas para o setor que indicam lacunas na Cidade, a qual tem ampla rede de



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

hospedagem e a maior movimentação aérea do Nordeste, sendo, frequentemente, muito bem avaliada pelos seus visitantes, fato que não impediu a queda na realização de eventos internacionais. Neste ponto, explicou que há uma forte competitividade entre as grandes cidades. Entretanto, considerou que Salvador está abaixo de outras capitais, mostrando vários itens avaliados nesse sentido, como infraestrutura.

Ao tratar do diagnóstico atual, observou que houve queda da ocupação hoteleira fora do verão, bem como do ingresso de turistas estrangeiros que visam o lazer, porém, ressaltou o crescimento do número de viajantes que vieram para Salvador a trabalho.

Outro ponto que mereceu destaque na apresentação do Gestor, foi a receita pública oriunda desta atividade, segundo informou, ela correspondeu a 10% do PIB - Produto Interno Bruto, no ano de 2013.

Já em relação às tendências, disse que o turismo é atividade transversal, isto é, envolve outros setores da sociedade soteropolitana, e que o cenário antes do novo PDDU é de queda na baixa estação, o que deveria ser minorado após o novo diploma entrar em vigor, quando também seriam fomentados outros importantes pontos de interesse além de sol e praia, envolvendo o Centro Antigo e o Litoral Norte - em relação ao qual vê Salvador como polo distribuidor. Ainda sobre as tendências, estimou redução no potencial de investimentos e explicou que haveria incentivo para se reverter o quadro, inclusive para o turismo náutico na Baía de Todos-os-Santos, e destacou a tecnologia como ferramenta, dando o exemplo da residência de Jorge Amado, onde representou relevante aumento no número de visitantes.

Noutro giro, considerou que os incrementos para o turismo podem minorar os problemas de segurança pública e expôs dados sobre os turistas de Salvador, como renda e gasto, que considerou incipiente frente ao potencial da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

No campo das atividades culturais, comentou a previsão de eventos e outras ações para fortalecer a “marca” Salvador, eleita pela Unesco como Cidade Criativa, e apta a atividades socioculturais. Ademais, mencionou, ainda, o projeto de inserção da população afrodescendente nos ganhos do turismo.

Deste modo, concluiu o Secretário, destacando o aumento da diversidade de segmentos turísticos com ênfase no turismo cultural, o aumento de eventos como uma das estratégias de atração de visitantes, o aumento da qualidade da infraestrutura urbana e do tempo de permanência de quem visita a Cidade, como fatores que podem ser determinantes para o aumento da geração de receita e empregos para a população soteropolitana.

Ato contínuo, o Presidente da Fundação Gregório de Matos, Fernando Guerreiro disse considerar que a cultura é elemento central na construção de políticas públicas em qualquer que seja o lugar, bem como, discorreu sobre a mudança do conceito de cultura, afirmando que ele é, hoje, muito mais abrangente, envolvendo a própria formação de um povo e, também, a geração de riqueza que existe no processo de economia da cultura.

O professor Paulo Henrique de Almeida considerou haver exagero nas ações previstas para cultura e turismo, embora reconhecendo a importância dessas áreas; disse não ver um todo consistente no PDDU; opinou que o futuro da Cidade estava no setor de serviços, portanto, nas pessoas, o que ampliava a importância da mobilidade; defendeu a expansão do Aeroporto, construção de mais hotéis, o centro de convenções, a terceirização, a educação e a saúde como atividades econômicas, a preservação do Porto e investimento em sedes empresariais.

Dando prosseguimento à pauta, foi encerrada as apresentações e iniciados os pronunciamentos e respostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

- **Propostas e sugestões orais apresentadas durante a
Audiência**

- Sugere-se que seja definida uma ZUE específica para a região do atual Centro de Convenções (assim como foi feito para o atual Parque de Exposições Agropecuárias);

- No Art. 210 (pg 117) que trata das "diretrizes para o transporte cicloviário", sugere-se que seja enfatizado a importância de implantação de ciclovia e bicicletários em toda a borda marítima;

- A Seção XII , art 190, define a Zona de Interesse Turístico (ZIT) como: "porções do território com extensão superior a 10.000m², com boa infraestrutura e associadas a cenários privilegiados, onde serão incentivadas atividades voltadas para o turismo: hotéis, resorts, pousadas, locais para eventos e exposições, restaurantes, cafés, livrarias e atividades comerciais e de prestação de serviços";

- No artigo 14 (pg 15) que menciona as "diretrizes para o apoio às atividades industriais, comerciais e de produção de serviços", em seu primeiro item, descreve "apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo receptivo, notadamente em seus segmentos de maior dinamismo e potencial, como os de sol e praia, cruzeiros, náutico-ambiental, cultural, étnico, religioso, terceira idade, eventos e compras e gastronomia.";



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

- Inclusão do segmento de TURISMO DE NEGÓCIOS, de grande potencial, e que não foi mencionado, a não ser de forma vaga como "eventos e compras" no final do parágrafo;

- No capítulo referente à MOBILIDADE URBANA, incluir o conceito que vem norteando as ações da Prefeitura em quase todas as áreas da Cidade, que se refere a privilegiar as áreas para a ocupação e mobilidade de pedestres e ciclistas (ao invés dos carros). Assim, propõe-se proibir o acesso de carros à áreas de praia e coqueirais contíguos. Tais áreas deverão ser requalificadas para uso exclusivo de pedestres e ciclistas. Deverá ser também proibido o som alto nessas áreas;

- No capítulo referente ao SISTEMA DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL, estabelecer o conceito de que nenhuma peça publicitária, sinalizador de pedestre ou afim (supostos orientadores de pedestres, que funcionam mais como placas publicitárias que enfeiam a Cidade) possa ser colocado em áreas de borda marítima, impedindo a vista para o mar;

- Na seção referente ao TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (pg 118), incluir os seguintes conceitos: caberá ao setor público definir, implantar e fiscalizar os pontos de parada de ônibus de transporte coletivo e de turismo. Caberá às empresas concessionárias providenciar pontos de parada, refeição e descanso de motoristas, para que se evite o uso de pontos de parada da cidade como sanitário ou local de refeição a céu aberto de motoristas e cobradores;

- Realização de um estudo específico por especialista da área sobre os Zoneamentos e Coeficientes de Aproveitamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

- Art. 143, inc. XVI, Mapa 07- SAVAM - O Parque Pedra de Xangô faz referência à área circunscrita.
- Definição de prazos para os 36 a 45 (princípios, objetivos, diretrizes da Política Cultural).
- Supressão 'b', inc. I, art. 319 (OUC - Centro Histórico).



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Anexo I - Cópia do Edital de convocação, contendo Regimento das audiências e procedimentos aplicáveis.

Anexo II - Cópia do Roteiro geral das audiências públicas;

Anexo III - Cópia do Cronograma de audiências públicas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU



Terça-feira,
1º de Dezembro de 2015

que ele havia faltado as três últimas reuniões de líderes, devendo se fazer presente quando elas ocorressem. Pela ordem, o vereador Léo Prates discordou do vereador Arnaldo Lessa, afirmando que o Município tem competência para esse tipo de intervenção, a qual é prevista em sua Lei Orgânica, e observando já ter sido instalada árvore de natal no Dique. Refutou declaração da vereadora Aladilce Souza sobre a C.C.J., indagando se ela estaria "apaixonada" por ele, e explicando que à Comissão que ele preside não cabe rejeitar Projeto sem força de lei. Pela ordem, a vereadora Cátia Rodrigues disse ao vereador Moisés Rocha que não havia provocação, mas sim, o intuito de destacar a importância da Bíblia tal qual a importância dos orixás era destacada pelos religiosos do Candomblé e Umbanda. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo solidarizou-se à vereadora Cátia Rodrigues e convidou-a a ingressar no bloco Independente. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo pediu respeito ao Regimento Interno, lembrou que Indicação só faz indicar, e pediu que refletissem sobre como seria se os orixás ainda fossem ser colocados no Dique e o Projeto para isso fosse refutado pelos edis evangélicos. Pela ordem, o vereador Antônio Mário disse que 27% da população é de cristãos e que a Bíblia é o livro sagrado para muitas religiões. Disse ainda que o Dique não é da Conder, mas, dos baianos, e pediu cuidado aqueles que estavam se colocando contrários ao Projeto, pois o povo estaria vendo eles serem contra a Bíblia. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que o vereador Léo Prates refizesse seu discurso, afirmando que, se ela fosse homem, ele não teria indagado, de forma debochada, se ela estaria apaixonada. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão considerou estar mais que provado que a pauta em votação não era uma pauta de acordo e lembrou de já ter sido dito, em outra oportunidade, que a Oposição era contra a apreciação do Projeto em discussão. Em seguida, disse que o prefeito já tinha declarado que não iria acatar a Indicação e que a Oposição respeitava todas as religiões e apenas defendia o respeito à simbologia presente no Dique. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto solidarizou-se com a vereadora Aladilce Souza; lembrou aonde o fundamentalismo religioso tem levado as pessoas; disse ser necessário acabar com o universalismo da Bíblia; e pediu que fosse explicado às pessoas o que é um bem tombado. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho registrou seu protesto por ter tido o microfone cortado e disse não reconhecer as três faltas a reuniões do Colégio de Líderes, mas, apenas uma, que fora justificada. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha esclareceu que nenhum edil era contra a Bíblia e considerou ter havido, no Projeto em discussão, a infelicidade de um erro de redação. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse não ter entendido o dado trazido à discussão de que 27% da população era de cristãos, considerando ter havido uma confusão entre ser cristão e ser evangélico e lembrando que o Estado é laico. Em seguida, em referência à discussão sobre "estar apaixonado", disse ser apaixonado por alguns vereadores homens e que, quanto a isso, não caberia discussão sobre homofobia. Além disso, explicou que o prefeito declarou que o Dique não era o espaço adequado para o que se pretendia e, por fim, avaliou se tratar de uma ação política da vereadora Cátia Rodrigues. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse já ter feito declarações de amor para colegas homens e explicou que sua fala se deu em razão de uma espécie de obsessão da vereadora Aladilce Souza em criticar a C.C.J. Refutou a pecha de machista que tentavam lhe colocar e ressaltou ser um bom pai – de uma menina – e marido. O Senhor presidente esclareceu o motivo para a não-realização do Colégio de Líderes; informou ter entregue o Acordo protocolado nos Gabinetes, tendo a ciência dos líderes; e pediu compreensão, afirmando que não retiraria o Projeto de votação em razão de ter tomado todos os cuidados. Pela ordem, o vereador Eivaldo Brito lembrou que o PTB é um partido isolado, pedindo, portanto, que as comunicações fossem também feitas a ele, tendo o Senhor presidente se desculpando em nome da Mesa. Encaminhando voto, o vereador Everaldo Augusto inicialmente disse que a existência de correspondência da Presidência ao seu Gabinete não implicava haver concordância sua. Considerou haver intolerância no entendimento sobre os orixás do Dique, que explicou serem representação cultural do povo negro, e opinou que, sendo o estado laico, não poderia ser imposta uma medida de cunho religioso, razões pelas quais encaminhava a bancada de Oposição ao voto contrário. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho disse que queria ver o PSC contemplado tal qual o PTB. Em seguida, o vereador Joceval Rodrigues encaminhou a bancada de Governo a votar favoravelmente ao Projeto. O Projeto de Indicação n.º 387/15 foi então discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eivaldo Brito, Everaldo Augusto, Hilton Coelho, Moisés Rocha, Sílvio Humberto, Vânia Galvão e Waldir Pires. Prosseguindo-se as votações, foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Indicação n.ºs 388/15, 390/15, 391/15, 392/15, 393/15, 394/15 (contra o voto do vereador Moisés Rocha), 395/15, 396/15, 397/15, 398/15, 399/15, 400/15, 401/15, 402/15, 403/15, 404/15, 405/15, 407/15, 408/15, 409/15, 410/15, 411/15, 412/15, 413/15, 414/15, 419/15, 420/15, 421/15, 422/15, 423/15, 424/15, 426/15, 427/15, 429/15, 431/15, 432/15, 433/15, 434/15, 435/15, 436/15, 440/15, 441/15, 442/15, 443/15, 444/15, 445/15, 446/15, 447/15, 448/15, 449/15, 451/15, 452/15, 453/15, 454/15, 455/15, 456/15, 457/15, 458/15, 459/15, 460/15, 461/15, 462/15, 463/15, 465/15, 466/15, 467/15, 468/15, 469/15, 470/15, 472/15, 473/15, 474/15, 476/15, 477/15, 478/15, 479/15, 481/15, 482/15, 484/15, 485/15, 486/15, 487/15, 488/15, 489/15, 491/15, 492/15, 493/15, 494/15 e 495/15; e discutidas, votadas e aprovadas as Moções n.ºs 391/15, 401/15, 411/15, 421/15, 431/15, 441/15, 451/15, 461/15, 471/15, 481/15, 491/15, 501/15, 511/15, 521/15, 531/15, 541/15, 551/15, 561/15, 571/15 e 581/15, bem como os Requerimentos n.ºs 194/15, 197/15, 198/15, 200/15, 201/15, 202/15, 203/15, 204/15, 205/15, 207/15, 208/15, 209/15, 210/15, 211/15, 212/15, 213/15, 214/15, 215/15, 216/15, 217/15, 218/15, 219/15, 220/15 e 221/15. Em seguida, retomando-se os Registros, o vereador Everaldo Augusto comentou a ação de quadrilha, no serviço público municipal, que falsifica e trafica documentos, contando ter havido a quarta ocorrência dessa natureza neste ano. Comentou ainda o fato de secretário municipal ter problemas com a Justiça e disse que não punha em xeque o prefeito, mas via sua Administração tomada por organizações criminosas. O vereador Eivaldo Brito contou que o ministro da Saúde visitou a Bahia e Sergipe na companhia do deputado federal Antonio Brito, para tomar providências com relação à microcefalia. Sobre seu voto contrário ao Projeto do monumento da Bíblia, disse já haver alertado quanto à ignorância sobre a religião de matriz africana e afirmou que seus praticantes têm os mesmos direitos dos praticantes de outras religiões. Explicou que, no Dique do Tororó, não havia orixás, mas sim, estátuas artísticas. Lembrou a Conferência Mundial de Cultura Africana, que presidiu, e a Fala da Ialorixá Mãe Stella de Oxóssi, que se posicionou no sentido de que o povo-de-santo não precisava do sincretismo, pois tinha a sua própria liturgia. O vereador Léo Prates comentou aspectos da tramitação da Lei da Ficha-Limpa na Câmara dos Deputados e questões sobre crimes virtuais, e destacou a modernidade da Lei municipal, que já contempla tais aspectos. Em seguida, criticou o Executivo estadual por encaminhar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei que aumenta em 1% a alíquota do ICMS. Lembrou que, na Bahia, ela já é de 17% e comparou a alíquota da farinha de trigo, que, aqui, é de 33%, com a de outros estados como São Paulo, onde o produto é isento. Disse que já houve aumento em novembro do ano anterior e que a medida não só prejudicaria a indústria de panificação,

como, principalmente, os mais pobres, retirando o alimento de suas mesas. Lembrou que o Governo Federal também vem aumentando impostos, o que considerou medida de restrição, e afirmou que a inflação passaria de 10% este ano, sobretudo nos alimentos da cesta básica. Também lembrou o aumento na energia elétrica e, por fim, registrou Indicação para que a Assembleia não aprovasse o Projeto enviado. Em comunicação inadiável, o vereador Claudio Tinoco informou que, no dia seguinte, às 15h, o prefeito estaria em São Paulo para anúncio do Carnaval 2016 e, à noite, teria uma reunião com operadoras de turismo, para promover a Cidade. Verificada falta de quorum, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o quorum, o Senhor presidente Geraldo Júnior declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Antônio Mário e Sílvio Humberto.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ANA RITA TAVARES	17/11/2015	Art.18, inciso IV, Res. 910/91
JOSÉ TRINDADE	25/11/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 4º, incisos I, II e III da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), regulamentado pelos artigos 4º, incisos I, II e III e 8º, incisos I, II, III, IV e V da Resolução Conoides nº 25 de 18 de março de 2005, combinado com o artigo 43 da Lei 10.257/2001 citada, e com os artigos 80 e 110, que tratam da Política Urbana e dos Atoes Administrativos, da Lei Orgânica Municipal, CONVOCA a sociedade em geral para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2015 das 8h30min às 13h, conforme roteiro e cronograma anexos, no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro, para apreciação do Tema intitulado Fundamentos, Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana do Projeto de Lei nº 396/2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU do Município do Salvador. Poderão participar da audiência pública: instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do Regimento abaixo.

REGIMENTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- OBJETO:** A Audiência Pública tem por objeto informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Projeto de Lei nº 396/2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador, de acordo à Resolução Conoides N°25/2005.
 - O Projeto de Lei do PDDU encontra-se disponível ao público no site da Câmara Municipal do Salvador no endereço eletrônico <http://www.cms.ba.gov.br> e impresso na sede da Câmara Municipal, situada na Praça Thomé de Souza, S/N, Centro, tel (71) 33200205 das 9h00 às 16h para qualquer interessado.
 - As audiências públicas serão temáticas em forma de mesa redonda, visando aprofundar a discussão do conteúdo do PL, e oportunizar a participação de especialistas, técnicos do Executivo Municipal e Estadual, Universidades, entidades da sociedade civil, e população em geral.
 - Além das Audiências Temáticas serão realizadas Audiências Devolutivas e audiências para apresentação do PL final.
- DATA E HORÁRIO:** a primeira Audiência Pública será realizada no dia 16 de dezembro das 8h30min às 13h, conforme roteiro e cronograma anexos.
- LOCAL:** todas as Audiências Públicas serão realizadas no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal do Salvador - CMS, localizado na Praça Thomé de Souza, S/N, Centro, Salvador-BA.
- INSCRIÇÃO DE PARTICIPANTES:** os participantes deverão se inscrever mediante preenchimento de formulário próprio, que estará disponível no local em que a Audiência Pública se realizará.
- FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:** os participantes deverão assinar lista de presença e poderão encaminhar questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e demais manifestações, podendo, também, formular propostas e sugestões por escrito, através de formulário próprio que ficará disponível durante as audiências. As propostas, críticas e sugestões ao PL devem ser identificadas e registradas para facilitar seu entendimento e sistematização, informando-se quem está solicitando, e o que está sendo demandado para posterior devolutiva sobre o que foi aceito ou rejeitado. Propostas e sugestões poderão ser feitas, ainda, mediante preenchimento de ficha eletrônica no link do PDDU no site da CMS até 17 de março de 2016.
- PROCEDIMENTOS:**
 - as audiências serão gravadas e transcritas em forma de Ata, cuja súmula será publicada no link do PDDU no site da CMS;
 - a Audiência Pública terá início no local, data e horário previstos, com a formação da Mesa Diretora;
 - a Mesa Diretora das Audiências Temáticas será composta pelo Presidente da CMS, representantes das Comissões Permanentes e Especial, Coordenador da Comissão Técnica da Câmara Municipal, e demais autoridades presentes;
 - a Mesa Diretora das Audiências Devolutivas e as programadas para apresentação do Projeto de Lei final será composta pelo Presidente da CMS, ou autoridade por ele designada, por especialista convidado, quando for o caso, por Vereadores representantes das Comissões Permanentes e Comissão Especial, Coordenador da Comissão Técnica da Câmara Municipal, e demais autoridades presentes;
 - a apresentação do tema da Audiência Pública será realizada pelo Secretário Municipal da pasta correlata ao tema a ser debatido, ou alguém por ele designado, em exposição sucinta, podendo ser seguido de manifestação de especialista convidado, e representantes da Câmara Municipal componentes da Mesa Diretora. Logo após serão iniciados os debates com o público presente no auditório.





CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Terça-feira,
1º de Dezembro de 2015



- o mediador da Mesa Diretora abrirá e fechará as inscrições, passando a seguir a palavra aos inscritos por ordem de inscrição. Cada inscrito terá 3 (três) minutos para manifestação, devendo identificar-se no momento de suas colocações públicas.
- a Mesa Diretora deverá responder às manifestações dos participantes que lhes forem dirigidas em momento previamente estabelecido, e registrar eventuais propostas efetuadas.
- a Audiência Pública será finalizada às 13h, podendo o encerramento ser antecipado ou prorrogado, a critério da Mesa Diretora.
- os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Salvador, 30 de novembro de 2015.


PAULO CÂMARA
Presidente

ANEXOS

QUADRO 01: ROTEIRO GERAL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ROTEIRO	HORÁRIO
Início	8h30min
Abertura pelo presidente da CMS	8h30min/8h40min
Exposição do Secretário;	8h40min/9h30min
Exposição de Especialista;	9h30min/10h
Presidente da Comissão Permanente do Tema	10h/10h10min
Presidente da Comissão Especial ou de Planejamento Urbano	10h10min/10h20min
Debate	10h20min/11h20min
Respostas a questões encaminhadas à Mesa	11h20min/11h35min
Debate	11h35min/12h35min
Respostas a questões encaminhadas à Mesa	12h35min/12h50min
Leitura da súmula da ata	12h50min/12h55min
Encerramento	12h55min/13h

CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	TEMAS
16/12/2015 quarta	T1- Fundamentos, Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana
19/02/2016 sexta	T2- Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura
23/02/2016 terça	T3- Macrozoneamento/Vetores de Expansão/Instrumentos de Política Urbana
25/02/2016 quinta	Devolutivas - Propostas e Sugestões
27/02/2016 sábado	T4- Zoneamento e Diretrizes para o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
29/02/2016 segunda	T5- Mobilidade e Centralidades Urbanas
01/03/2016 terça	T6- Meio Ambiente/SAVAM
03/03/2016 quinta	Devolutivas - Propostas e Sugestões
07/03/2016 quinta	Devolutivas - Propostas e Sugestões
08/03/2016 terça	T7- Infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos
10/03/2016 quinta	T8- Saúde
12/03/2016 sábado	T9 - Educação
15/03/2016 terça	T10 - Habitação
17/03/2016 quinta	Devolutivas - Propostas e Sugestões
31/03/2016 quinta	PL Final - Parte I
05/04/2016 terça	PL Final - Parte II
18/04/2016 segunda	CONSELHO MUNICIPAL

Todas as audiências serão realizadas no Centro de Cultura da Câmara Municipal das 8h30min às 13h.

PORTARIA Nº. 01/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, Item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores HILTON DE ABREU SANTA RITTA – mat. 0028, FERNANDA GABRIELA NORONHA DOS SANTOS – mat. 6076 e LUCIANO SANTA BÁRBARA SOUZA – mat. 6067 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que deverá lavrar o Termo de Conferência de Caixa, desta Casa Legislativa, relativa ao exercício financeiro corrente devendo o respectivo termo ser lavrado até o dia 31 de dezembro de 2015.

Salvador, 01 de dezembro de 2015.


PAULO CÂMARA
Presidente

PORTARIA Nº. 02/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, Item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores CID ALCÂNTARA SANTOS – mat. 6074, DIEGO COSTA GRAMACHO – mat. 6085 e ALBERTO SÉRGIO SOUSA BASTOS – mat. 6096 para, sob a presidência do primeiro, procederem ao inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis, desta Casa Legislativa, lavrando o respectivo termo até o dia 31 de dezembro de 2015.

Salvador, 01 de dezembro de 2015.


PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE ADITIVO

ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 018/2014

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. PRO1020/2014
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - CMS
CONTRATADA	MÁRIO VIDAL ALBAN
OBJETO	Locação das salas nºs 403 e 503, situadas na Rua Chile nºs 23/25 – Centro, Edif. Eduardo de Moraes, nesta Capital, para alocação de setores da CMS. 12 (doze) meses, contados de 21 de novembro de 2015. Art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.245/91.
PREZO	R\$ 1.100,13 (um mil e cem reais e treze centavos).
BASE LEGAL	01.031.016.2001 – 3.3.90.36.000
VALOR MENSAL	23/11/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Paulo Câmara – CMS
DATA DE ASSINATURA	Mário Vidal Alban – Contratada
ASSINAM	Marinilda Santos
TESTEMUNHAS	Tiago Neves

RESUMO DE ADITIVO

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 22/2013


PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 1876/2013
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	ARENA AUDIO EVENTOS LTDA
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 022/2013. 12 (doze) meses, contados a partir de 25/11/2015.
PREZO	Art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, e demais informações exaradas no Processo CMS nº PRO1004/2015.
BASE LEGAL	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
VALOR MENSAL ESTIMADO	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25/11/2015
DATA DE ASSINATURA	Paulo Câmara - CMS
ASSINAM	Francisco A. M. V. de Melo – Contratada
TESTEMUNHAS	Marinilda Santos
	Tiago Neves

RETIFICAÇÃO:

Na Portaria da Diretoria Administrativa Nº 072/2015, publicada no D.O.L. de 27/11/2015, página 10:

Onde se lê: "...servidor JETHER JORGE PINHO MIRANDA, cad. 6.092..."
Leia-se: "...servidor JETHER JORGE PINHO MIRANDA, cad. 6.082..."

Gabinete da Diretoria, 30 de Novembro de 2015.


CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

PORTARIA Nº 074/2015 – O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar o servidor QUEDNER DE SOUZA MATOS, cad.6.068, para responder pela Função de Confiança FC-20 de Coordenador de Recursos Humanos, em substituição a titular MARIA JOSÉ SALDANHA PEREIRA, cad.3.251, que entrará em gozo de férias referente ao exercício de 2015, no período de 01/12/2015 a 30/12/2015.

GABINETE DA DIRETORIA, 30 de novembro de 2015.


CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo





CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU



Terça-feira,
2 de Fevereiro de 2016

RESOLVE:

Art. 1º Ressalvados os serviços cuja prestação não admite interrupções, o expediente da Câmara Municipal de Salvador ficará suspenso nos dias 05, 08 e 10 de fevereiro, 24 de março, 22 abril, 27 de maio, 23 de junho, 14 de novembro e 09 de dezembro de 2016, serão considerados ponto facultativo, sendo cumpridos por compensação, mediante acréscimo de uma hora na jornada mensal de trabalho nos dias úteis antes e/ou após as datas citadas.

Art. 2º Os gestores das Unidades Administrativas, juntamente com as Chefias imediatas dos servidores, serão responsáveis em fazer cumprir os horários dos dias de compensação estabelecidos na presente Portaria, especialmente no que diz respeito à frequência de pessoal.

Art. 3º Este instrumento administrativo entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 29 de janeiro de 2016.


PAULO CÂMARA
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PDDU

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, com vistas a conferir maior transparência de seus atos, notadamente para assegurar a participação popular nas deliberações de interesse da de nossa capital, em estrita observância ao art. 40, § 4º, incisos I, II e III, e 43, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), regulamentado pelos artigos 4º, incisos I, II e III, e 8º, incisos I, II, III, IV e V, da Resolução Concidades nº 25, de 18 de março de 2005, c/c os arts. 80 e 110 da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA a sociedade para participar da Audiência Pública de discussão do Projeto de Lei nº 396/2015, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, designada para o dia 19/02/2016, referente ao tema Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, a realizar-se às 8h e 30min., no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro.**

A Edilidade informa, ainda, que serão realizadas diversas Audiências Públicas com o desiderato de discutir o Projeto de Lei nº 396/2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, com regimento e cronograma disponíveis no endereço eletrônico www.cms.ba.gov.br, para que a população soteropolitana e as entidades representativas dos diversos segmentos sociais possam agendar-se previamente.

Salvador, 01 de fevereiro de 2016


PAULO CÂMARA
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PDDU

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, com vistas a conferir maior transparência de seus atos, notadamente para assegurar a participação popular nas deliberações de interesse da de nossa capital, em estrita observância ao art. 40, § 4º, incisos I, II e III, e 43, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), regulamentado pelos artigos 4º, incisos I, II e III, e 8º, incisos I, II, III, IV e V, da Resolução Concidades nº 25, de 18 de março de 2005, c/c os arts. 80 e 110 da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA a sociedade para participar da Audiência Pública de discussão do Projeto de Lei nº 396/2015, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, designada para o dia 23/02/2016, referente ao tema Macrozoneamento/Vetores de Expansão/Instrumentos de Política Urbana, a realizar-se às 8h e 30min., no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro.**

A Edilidade informa, ainda, que serão realizadas diversas Audiências Públicas com o desiderato de discutir o Projeto de Lei nº 396/2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, com regimento e cronograma disponíveis no endereço eletrônico www.cms.ba.gov.br, para que a população soteropolitana e as entidades representativas dos diversos segmentos sociais possam agendar-se previamente.

Salvador, 01 de fevereiro de 2016


PAULO CÂMARA
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PDDU

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, com vistas a conferir maior transparência de seus atos, notadamente para assegurar a participação popular nas deliberações de interesse da

de nossa capital, em estrita observância ao art. 40, § 4º, incisos I, II e III, e 43, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), regulamentado pelos artigos 4º, incisos I, II e III, e 8º, incisos I, II, III, IV e V, da Resolução Concidades nº 25, de 18 de março de 2005, c/c os arts. 80 e 110 da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA a sociedade para participar da Audiência Pública de discussão do Projeto de Lei nº 396/2015, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, designada para o dia 25/02/2016, referente as Devolutivas - Propostas e Sugestões, a realizar-se às 8h e 30min., no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro.**

A Edilidade informa, ainda, que serão realizadas diversas Audiências Públicas com o desiderato de discutir o Projeto de Lei nº 396/2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município de Salvador, com regimento e cronograma disponíveis no endereço eletrônico www.cms.ba.gov.br, para que a população soteropolitana e as entidades representativas dos diversos segmentos sociais possam agendar-se previamente.

Salvador, 01 de fevereiro de 2016


PAULO CÂMARA
Presidente



REQUERIMENTOS DEFERIDOS 2015

Nº	VEREADOR	REQUERIMENTO
001/2016	Paulo Magalhães	Solicita serviço de revitalização da Praça de Cajazeiras III, localizada na Rua Edson Dias Matos/1ª Travessa - Águas Claras.
002/2016	Paulo Magalhães	Solicita instalação de um poste de iluminação pública na Rua Benedito Jenkins - Águas Claras.
003/2016	Paulo Magalhães	Solicita serviço de requalificação da praça, localizada na Fazenda Grande IV/Setor 6/Caminho 61 - Boca da Mata.
004/2016	Paulo Magalhães	Solicita serviço de requalificação do campo de futebol e construção de uma quadra poliesportiva na Fazenda Grande IV/Setor 7 - Boca da Mata.
005/2016	Paulo Magalhães	Solicita banho de luz na Rua Edson Dias Matos - Águas Claras.
006/2016	J. Carlos Filho	Solicita da SEMPS uma Ação Global na Colônia de Pescadores no dia 26 de Janeiro, localizada na Rua Sá Oliveira/Matadouro - Plataforma.
007/2016	Leandro Guerilha	Solicita construção de uma praça de lazer na Rua da Gratidão - Colina de Platã.
008/2016	Odióvaldo Vigos	Solicita obras de recuperação do passeio público, localizado em frente ao Hospital Martagão Gesteira - Tororó.
009/2016	Aladilce Souza	Solicita implantação de um abrigo de ônibus, localizado na Rua Tenente Valmir Alcântara - São Gonçalo.
010/2016	Aladilce Souza	Solicita manutenção do sistema de microdrenagem em toda a extensão da Rua Primeiro de Junho - São Gonçalo.
011/2016	Aladilce Souza	Solicita obras de recuperação da pavimentação (concreto), na Travessa Genebaldo - São Gonçalo.
012/2016	Aladilce Souza	Solicita serviço de varrição na Rua José Ramos - Engenho Velho de Brotas.
013/2016	Aladilce Souza	Solicita colocação de contêiner, para coleta de lixo na Rua José Ramos - Engenho Velho de Brotas.
014/2016	Aladilce Souza	Solicita serviço de capina na Rua das Palmeiras/Setor B - Valéria.
015/2016	Aladilce Souza	Solicita colocação de papeleiras na Rua José Ramos - Engenho Velho de Brotas.
016/2016	Aladilce Souza	Solicita obras de recuperação da pavimentação (concreto) na Rua José Ramos - Engenho Velho de Brotas.
017/2016	Aladilce Souza	Solicita revisão da iluminação pública, próximo à Casa 37/CEP: 40230-731, localizada no bairro Engenho Velho de Brotas.
018/2016	Aladilce Souza	Solicita manutenção do sistema de microdrenagem (caixa de sarjeta) em toda a extensão da Rua José Ramos - Engenho Velho de Brotas.
019/2016	Paulo Magalhães	Solicita implantação de 02 (dois) redutores de velocidade no Setor G, um na Rua Barba Lima Sobrinho e outro na Rua Adriano de Azevedo Pondé - Mussurunga I.
020/2016	Paulo Magalhães	Solicita implantação de 03 (três) redutores de velocidade, na Rua D. Quadra C e na Ladeira da Baixa do Sapo/Fazenda Grande I - Cajazeiras.
021/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua Monsenhor Gaspar Sadeck - Costa Anã.
022/2016	Suíca	Solicita autorização do Rolsa Família Móvel para os dias 12, 15 e 16 de fevereiro de 2016, na Associação de Moradores Quilombo de Nova Constituinte, na Rua Direta do bairro de Nova Constituinte.
023/2016	Paulo Magalhães	Solicita requalificação do Largo de Santa Rita - Matatu de Brotas.
024/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua Benedito Jenkins - Águas Claras.
025/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua Barão do Meio - Plataforma.
026/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua Pirani - Plataforma.
027/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua do Suspiro - Plataforma.
028/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Rua Sá Oliveira - São João do Cabrito.
029/2016	Paulo Magalhães	Solicita substituição das lâmpadas amarelas por lâmpadas de Led, na Travessa Recreio - São João do Cabrito.
030/2016	Paulo Magalhães	Solicita implantação de redutor de velocidade na Avenida Raimundo Carlos Nery - Cajazeiras X.





CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Anexo IV - Lista de presença dos participantes

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	Darlan da Silva Barreto	704605585		
	Princípio Soares de Saotomem	0824683257	MSTS	
	Pedro Hington Luis Barbosa	1507881509 1408	MSTS	
	Duana Opinto Rocha	267088788	UNE / ENEGRECOB	
	Adalberto Jr. Filho M. O.	00293623-26	ALTOSEMPRE	
	José Maria Silva de Oliveira	597309434	FBB	
	Amélia de Oliveira Franco	0790797487	Grup. de Trabalho	
	Joselyton de S. Machado	0128127570	Município NASSAU	
	Paulo Miguel	620232	UFBA	
	Evandro Almeida	080689146	NORDESTE	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	ALEXANDRA SOARES DA SILVA		Unimor?	
	Raféia Santos	0AB-45638	P. Mulheres em Ação	
	Mozart Esteves	0634804847	Câmara 551	
	HENRIQUE BARREROS	001254926-19	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BA	
	Gilson Prestino	4397474-30	JEAVITISA	
	DIEGO AMORIM BARRETO	0827999623		
	Madson Linhares de A. Menezes	0AB-45880	Gab. Ver. Gilman	
	Solidade dos S. Rodrigues	430929247	Associação dos M. Caruaru	
	Márcia S. Souza	0995955852	CMS	
	Petrícia Santos Fonseca	04.045.947	SECELBA (IMS)	
	AIDINALVA B. de SOUZA	292106408	UNTS.	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	Gabriela Fagundes	09574173 90	CMS	
	Edvaldo Ferra da Silva	0708130441	RREMAS	
	OSNY BOMFIM SANTOS	1758001	SERIN	
		0669104205	FOM	
		0140642005	JUST. V. M. S. D.	
	Valério Moraes Pereira	0944882550	CETRO DIGITAL	
	Marcia Jesus dos Santos		MULTIMÉDIA REC	
	LINA MONTEIRO	0664506240	CASEIRO TUTEMAR	
	MAURICIO DAIMAS	07200313660	MOVIMENTOS S. C. P.	
	LUCIENE DE CASTRO	2.532.316	SINGSTAR/31	
	JOSIANE S. C. NUNES	3.427.011.2	SUCOM	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
		0293924850		
	Carla dos Anjos	40047445	Participa	
	Claudia B. B. Nova	Ass. Parlamentar	Câmara	
	Jonas F. Maia	701137332	L. Freitas	
	Marcos Luiz dos S. Almeida	28868366	ASFAERP	
	Alex Raposo		Johnson	
	João de Deus Sant'Ana	013390410	ASSIM V. AVALERIA	
	Ordione Santos Poitão			
	GISEL NASUMENTO FILHO	1033933-74	CTEA-BA	
	JOAQUIM LARANJEIRA	059.08-78	PROJETO CIDADANIA PARTICIPATIVA	
	ANGEL COLINA	RNE 1670468	IAB	
	FERNANDA HEGER	0926745234	ARQUITETA	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	Luciana Vasconcello	3896468.53	ARQUITETA	
	Renate Prosenpio	11.816.699	ABIK- Ba	
	Vanessa Andrade	09.696.952-65		
	Julian Ballb	09809184 05		
	Marcos I. Oliveira	0322472510		
	Ézioilson Bezerra		SEC. CIU.X	
	Luiza Andrade	1001520319	SEDUR / SVO	
	Ricardo José de Castro Maia	237621282	ASSOC. CULT. DO ENG. VELHO DA FED.	Ricardo José de Castro Maia
	Luci Eny Nassim	778.005-09	GABINETE	
	Cláudio Freira da Silva	1765355-16	CIDASTA	
	Sandra Tezza de Brito	0880.200/36	FMOFE	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	Deodoro de A. Silva	1152099608	Informa Oromo	Deodoro Silva
	Frey P. M.	84125525	NEW OEBR	Frey P. M.
	Spencer Barwell	0856398004	Var. UESCS	Spencer Barwell
	DALMO LOPES	1.99851478	CMS	Dalmo Lopes
	JOSÉ AUGUSTO SARDIVA PEIXOTO	1191.042-96	SECIS/PMS	José Augusto Sardiva Peixoto
	IVANISE PIMENTEL	0111551161	EXIS	Ivanise Pimentel
	LIDIA SANTANA	79522521	CMS	Lidia Santana
	RODRIGO AGUIAR FREITAS	1197218807	SITE BAHIA.BA	Rodrigo Aguiar Freitas
	Wilma M. Lencina		eMS	Wilma M. Lencina
	FURENINO SALES DE SOUZA	71.982735731	CMS	Furenino Sales de Souza
	COMMS VICENTE DA SILVA F.P.	71.32024626	SINDEC	Comms Vicente da Silva F.P.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	EVERALDO AUGUSTO	165289224	VEREADOR	
	ANA FERESA BAPTISTA	023481633	CIDADA	
	ARNANDO LESSA	8474510	CMS	
	Margretha Santiago Leite	1288618433	CMS	
	VIRTE FERNANDES MARTINS	3.19.197-85	SECIS/PMS	
	Monalisa Moreira	13995845-29	Mulheres-em-ação	
	MARIO VIEIRA LIMA	449777	DRD ^{to}	
	Rafael Carneiro	981394280	CMS	
	Paulo José P. de F. P.	985125445	UFBA	
	RENATO ASSIJO	1.290.044	CMS	
	João Gabriel Cabral	885233478	SETUR	



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Lista de presença da 2ª Audiência Pública do PDDU - Câmara Municipal de Salvador

19 de fevereiro de 2016

Nº	NOME	RG	ENTIDADE	ASSINATURA
	<i>[Handwritten Signature]</i>	371.378	Salvador	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Enio Mendonça	66824303	SECULT PMS	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Pedro de Deus	32027830	FGM	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Paulo Henrique de Almeida	01159211-26	SEPLAN-BA	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Marcelo Lourenço	094423199-63	SECULT - PMS	<i>[Handwritten Signature]</i>
	CARLOS ARAÚJO MATOS VIGORZA LIMA	562848	SINDUSCON-BA	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Maria Amélia Vasconcelos Magalhães	2.470.841	Singapore-Ba	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Raquel Cerqueira Santos	1277263060	ASSESSORIA CAMARA	<i>[Handwritten Signature]</i>
	family Duarte	13261214-30	Assessoria Gerencial	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Ramon MARGILLO	7412706-33	INFORME BAIANO COMSA	<i>[Handwritten Signature]</i>
	NESTOR ARAÚJO FILHO	07117230-07	SPM/PMS	<i>[Handwritten Signature]</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Anexo V - Cópia da Minuta da Ata da 2ª Audiência



ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 19 DE
FEVEREIRO DE 2016.

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, CLAUDIO TINOCO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HILTON COELHO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Às 9h10, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Luiz Carlos de Souza, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Érico Mendonça, secretário de Cultura e Turismo de Salvador; Paulo Henrique de Almeida, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Economia e atual diretor da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia; Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Matos; e José Saraiva, representante do Conselho Municipal da Cidade. Na sequência, o senhor presidente saudou os presentes e ressaltou a disponibilidade da Casa ao debate em nome da calma e transparência no processo do PDDU, inclusive em oficinas promovidas por entidades, sempre com observância ao Regimento Interno (RI). Com a palavra, o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Luiz Carlos de Souza destacou a importância do tema da audiência, explicando que ele não se restringe aos correspondentes capítulos do PDDU, permeando outras partes do diploma. Comentou sobre o plano *Salvador 500* e a busca pela qualidade de vida para os cidadãos, com a participação deles próprios nas ações para tanto. Defendeu a importância dos grandes empreendimentos, especialmente os verticais, que considera mais adequados ao relevo da Cidade – desde que observados seus limites. Observou a criação de nova centralidade com a transferência da Rodoviária para a região próxima ao Acesso Norte, defendeu a criação de zonas mistas para se melhorar a mobilidade e disse ser contra a instalação de indústria junto a moradias. O secretário Érico Mendonça, exibindo *slides*, explicou a realidade do turismo baiano e suas perspectivas com o PDDU, com base na moderna noção de interação com a população. Demonstrou dados mundiais de expectativas de receitas para o setor que indicam lacunas na Cidade, a qual tem ampla rede de hospedagem e a maior movimentação aérea do Nordeste, sendo alvo de avaliação positiva dos visitantes, mas teve queda na realização de eventos internacionais. Com relação a competitividade, explicou que Salvador está abaixo de outras capitais, mostrando vários itens avaliados nesse sentido, como infraestrutura. Quanto a diagnósticos, observou a queda da ocupação hoteleira fora do verão e do turismo estrangeiro de lazer, mas também o crescimento quanto aos viajantes a trabalho. Sobre receita, explicou ter ela correspondido a 10% do PIB em 2013. Com relação a tendências, disse que o turismo é atividade transversal, por envolver outros setores, e que o cenário antes do novo PDDU é de queda na baixa estação, o que deveria ser minorado após o novo diploma entrar em vigor, quando também seriam fomentados outros pontos de interesse além de sol e praia, envolvendo o Centro Antigo e o Litoral Norte – em relação ao qual vê Salvador como polo distribuidor. Ainda sobre as tendências, estimou redução no potencial de investimentos e explicou que haveria incentivo para se reverter o quadro, inclusive para o turismo náutico na Baía de Todos-os-Santos, e destacou a tecnologia como ferramenta, dando o exemplo da residência de Jorge Amado, onde ela fez a



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

visitação aumentar. Considerou que os incrementos para o turismo podem minorar os problemas de segurança pública e expôs dados sobre os turistas de Salvador, como renda e gasto, que se mostra incipiente frente ao potencial da cidade. Comentou a previsão de eventos e outras ações para fortalecer a “marca” Salvador, eleita pela Unesco como Cidade Criativa, e apta a atividades socioculturais, e comentou ainda o projeto de inserção da população afrodescendente nos ganhos do turismo. Disse que as áreas constantes no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) eram prioridade, apresentou quadro-resumo dos valores do Programa e disse que o contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estava praticamente fechado, esperando tê-lo assinado em abril. Concluiu destacando o aumento da diversidade de segmentos turísticos com ênfase no turismo cultural, o aumento de eventos como uma das estratégias de atração de visitantes, o aumento da qualidade da infraestrutura urbana e do tempo de permanência de quem visita a Cidade, que vem a gerar o aumento da receita e de empregos. O senhor Fernando Guerreiro disse considerar que a cultura é elemento central na construção de políticas públicas em qualquer que seja o lugar. Discorreu sobre a mudança do conceito de cultura, afirmando que ele é hoje muito mais abrangente, envolvendo a própria formação de um povo e, também, a geração de riqueza que existe no processo de economia da cultura. Disse ainda que o agente cultural é um profissional e deve estar envolvido na cadeia de cultura, e discorreu sobre as três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica. Leu o art. 35 e seu parágrafo 1º, do Capítulo I do Título V do Plano, e explicou como funciona o Sistema Municipal de Cultura (SMC), lembrando sobre ele já haver Lei aprovada, pelo quê agradeceu aos edis. Contou que este ano iria começar a ser feito o mapeamento das áreas de interesse cultural e destacou, no art. 36, o inciso I, e no art. 37, os incisos II e III. Opinou que Salvador tem uma vocação muito forte para a arte cultural, e reforçou que essa arte se transforma em geração de riqueza, melhorando índices sociais. Mencionou outros dispositivos do PDDU, como os incisos IX e X do art. 38, aquele sobre o apoio aos mestres dos saberes, afirmando que eles são



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

muito importantes e precisam ser de fato apoiados, e este sobre a revitalização de espaços, lembrando que, de um lado, há vários imóveis desocupados e, de outro, vários grupos precisando de locais para trabalhar, também lembrando que a atual gestão já reabriu o Teatro Gregório de Matos e a Casa do Benin, e defendendo intervenção imediata para transformar a vida do Centro Histórico. Comentou sobre a Seção I do Capítulo II, das orientações para o sistema educacional, ressaltando haver relação direta com a cultura, e destacou o trabalho do secretário Guilherme Bellintani com o reposicionamento do material didático da rede municipal de ensino. Tratou da diretriz de transformação da escola como espaço de criação, afirmando que, onde há produção de cultura, há redução dos índices de violência, e observando que a transformação das escolas em centros de cultura amplia a atuação da escola na comunidade. Também abordou a inclusão nos currículos escolares de educação patrimonial, história e cultura africana, afro-brasileira, história da Bahia e de Salvador, e o estímulo à formação de profissionais de educação em questões relacionadas à diversidade cultural. Também comentou sobre a Seção II, da produção e fomento às atividades culturais, mencionando o estímulo a projetos de comunicação, promoção da produção cultural de caráter local, parceria com o setor privado com limites, lançamento de editais, oferecimento de bolsas de incentivo, etc. Lembrou que há Lei que obriga *shoppings centers* a terem espaço cultural, mas disse não ver isso ir adiante e defendeu a fiscalização. Defendeu ainda a criação de pequenos palcos, dando como exemplo o palco *Toca Raul* criado no Rio Vermelho, afirmando ter recebido muitos pedidos de artistas para nele se apresentar, e destacou o trabalho *Poesia em Trânsito*, de um grupo que distribui poemas pelos ônibus da Cidade. Leu e destacou o inciso VI do art. 40, afirmando que, sem dirigismo cultural, cada bairro deve criar seus próprios projetos, o que considerou já estar muito mais democratizado, e também leu e comentou sobre a Seção III, do cadastramento e das informações, lembrando que estão fazendo um esforço para recuperar o Arquivo Público da Cidade e que já está prevista sua transferência para um novo prédio. Comentou a Seção IV, da Formação de Recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Humanos, dizendo que, antes, qualquer um atuava no segmento artístico, e que se pretendia investir na formação para se afastar esse caráter amadorístico que obsta a geração de renda. Lembrou o período em que o Reitor Edgard Santos fez da Cidade um polo cultural, mediante a atração de profissionais mundialmente consagrados, e defendeu iniciativa semelhante, criticando a tendência do baiano de se supor autossuficiente. Quanto à Seção V, do Patrimônio Cultural, explicou já haver Lei Municipal e Conselho a respeito, através dos quais se promove tombamento. Ressaltou a importância da preservação da memória, do patrimônio arqueológico, das restaurações, etc., e defendeu o uso adequado e produtivo dos bens tombados. Sobre a Seção VI, das Áreas de Valor Cultural, chamou a atenção para a memória construída nos locais de interesse não-cultural. Quanto à Seção VII, da Gestão Cultural, observou a transversalidade existente com outras áreas e a discussão sobre o financiamento, e defendeu a municipalização das produções – independência de elementos externos. Com a palavra, o professor Paulo Henrique de Almeida destacou a importância de Salvador para o País e disse ver no PDDU dispositivos para o desenvolvimento – sobre logística, construção civil, etc. Considerou haver exagero nas ações previstas para Cultura e Turismo, áreas cuja importância reconhece, mas vê superestimada com relação ao desenvolvimento da Cidade. Disse não ver um todo consistente no novo diploma, que aponte um futuro nesse sentido, e criticou a ausência de destaque para aquilo que realmente poderia afirmar a liderança de Salvador no Estado e no Nordeste, e seu destaque nacional. Opinou que o futuro da Cidade está no setor de serviços, por ter ela uma economia pós-industrial, mais de pessoas que de coisas, o que amplia a importância da mobilidade urbana, já que esse modelo econômico funciona à base de reuniões e eventos. Defendeu a expansão do Aeroporto e cogitou a construção de outro, bem como a necessidade de mais hotéis e centro de convenções. Disse se tratar de uma economia do conhecimento, pedindo investimento nisso, e também de uma economia de terceirização, modelo já largamente adotado na construção civil, que funciona através de uma sequência de subcontratações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Comentou sobre os serviços empresariais – de empresa para empresa –, vistos quando uma empresa contrata empréstimo com um banco e estudos de viabilidade com empresa do ramo, e etc. Defendeu a educação como atividade econômica, explicando que a UFBA injeta mais de um bilhão por ano na Cidade, o que tem efeito multiplicador. Observou que empresários e artistas são formados nas universidades e disse ver avanço na formação de pessoas no futuro, defendendo que o PDDU estivesse atento a isso, pela necessidade de áreas para novos *campi*. Disse que Salvador sempre recebeu estudantes, o que deveria ser estimulado, e mencionou algumas cidades onde isso é política oficial para aquecer a economia. Pediu a mesma atenção em relação à saúde, setor que emprega muito e paga impostos, observando que o envelhecimento da população vem aumentando a sua importância. Deu exemplos de polos que Salvador deveria seguir e opinou que Cuba, a partir da reabertura para os Estados Unidos, viveria um apogeu nesse sentido, pelo grande potencial acumulado. Defendeu que aquilo que já existe espontaneamente, como a centralização na Avenida Garibaldi e Itaigara, fosse organizado. Defendeu ainda a preservação do Porto de Salvador e o investimento em sedes empresariais, lembrando muitas que já foram perdidas. Concluiu dizendo que tudo isso depende de políticas públicas, razão da importância do PDDU. O senhor presidente registrou novas presenças de edis e representantes de instituições, e passou a condução dos trabalhos ao vereador Arnando Lessa. A vereadora Aladilce Souza parabenizou pelas intervenções, que considerou esclarecedoras, e desejou que o PDDU contribuísse para tirar Salvador da “lanterna” em diversos índices, como ser a penúltima capital brasileira em arrecadação, problema que considerou estrutural, afirmando que não via o Projeto trilhar esse caminho. Afirmou ainda que não podia a arrecadação municipal se basear apenas em ISS e IPTU e que, independente de posições partidárias, todos tinham que prezar por esse objetivo. Considerou que o Projeto é uma grande carta de intenções sem metas, elogiou a fala do presidente Fernando Guerreiro, mas lembrou que ainda não há mapeamento das áreas. Disse que falta um maior detalhamento no Projeto e que não foram enviados os estudos



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

técnicos. Disse ainda estar muito preocupada com a forma como a CMS iria fazer tramitar o Projeto e se ela teria condições de corrigi-lo, pois, caso contrário, ele seria letra morta. Afirmou que na última oficina do Ministério Público (MP) restaram bem definidas as operações urbanas consorciadas e pediu cuidado na apreciação do PDDU, afirmando que não se podia errar dessa vez. O senhor presidente informou que os presentes podiam dirigir perguntas aos membros da Mesa, mas apelou que se ativessem ao tema, e o cerimonialista complementou que formulários estavam disponíveis para tanto. A senhora Renata Proserpio, da diretoria da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Seção Bahia (ABIH-BA), considerou o PDDU bem-feito e abrangente, afirmando entender que assim deveria ser, já que documentos complementares como a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) especificariam mais o seu conteúdo, e afirmou que encaminharia documento à Mesa. Observou que, quando se fala em turismo, fala-se da zona antiga de Salvador, mas que a Cidade cresceu e merece um novo olhar e atualização de conceitos. Disse que existe um grande polo hoteleiro no litoral norte da Cidade, ao qual se tem dado as costas, não havendo atração cultural nessa zona, mas, apenas, praias, havendo a necessidade de o turista ter que cruzar a cidade para aproveitar a noite em Salvador, razão pela qual questionou por que não criar um centro cultural na região. Leu disposição sobre as Zonas de Uso Especial (ZUE); destacou que o Parque de Exposições Agropecuárias é pouco usado, está degradado e requer que seja repensado para usos múltiplos; sugeriu que fosse definida uma ZUE específica para o Centro de Convenções; sugeriu também que, no art. 210, fosse enfatizada ciclovias em toda a borda marítima; e que, no art. 14, sobre o apoio ao turismo receptivo, fosse inserido o segmento do turismo de negócios. O vereador Arnando Lessa pediu maior objetividade da oradora, lembrando que ela encaminharia documento à Mesa, e um cidadão da plateia a defendeu, dizendo que ela fazia o que o PDDU deveria fazer. Continuando, a oradora concluiu pedindo que houvesse diminuição do acesso de carros às praias; que nenhuma peça publicitária fosse colocada na borda marítima impedindo a vista ao mar; e que houvesse espaço específico,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

nas paradas de ônibus, para que motoristas e cobradores pudessem realizar suas refeições. O senhor presidente voltou a pedir respeito ao tempo de fala, lembrando que ainda havia muitos a se pronunciar, e questionou se havia algum representante do MP presente, tendo sido constatado não haver. Foi solicitado por alguns edis e outras pessoas presentes que mais cidadãos fossem intercalados entre as falas dos vereadores, o que foi acatado pela Mesa. O vereador Hilton Coelho solidarizou-se com os servidores da Casa com relação à busca do seu Plano de Cargos e Vencimentos. Considerou que as escolhas sobre o PDDU são de cunho político, o que levava à inconsistência apontada por intelectuais e técnicos, pela qual questões principais eram tratadas como secundárias. Considerou o prazo, até abril, curto para sanar os problemas existentes, e lembrou ter proposto, na audiência anterior, novo calendário. Comentou o tratamento dado ao Centro Histórico, que via insuficiente, enquanto outras áreas eram alvo de excessiva atenção das ações do PDDU, e criticou a operação consorciada como instrumento de ação. O senhor presidente disse que tinham sido poucas as propostas sobre o Regimento enviadas após a última audiência, dentro do prazo de 72h aberto a todos. Em seguida, a palavra foi dada ao professor Paulo Henrique de Almeida, que observou que nem tudo é matéria de PDDU, competindo a maior parte das questões à legislação. Disse que sua luta é antiga, desde quando não havia turismo propriamente dito, o que veio a ser criado pelo estado, e que é difícil convencer as pessoas a verem educação e saúde como atividades econômicas. O senhor presidente explicou que os questionamentos seriam respondidos na audiência, à exceção de um do senhor Marcos Galindo, que demandava resposta técnica. Com a palavra, a senhora Ana Camila observou que não se fazia discussão do Regimento Interno das audiências e indagou o que o PDDU previa para a cultura para além do que é associado ao turismo. Disse não ver metas, mas, apenas, carta de intenções, e que, desse modo, as pessoas não teriam como cobrar resultados. Disse também duvidar dos incentivos, por observar que investimentos eram feitos em ações menores como as do *Pelourinho Dia e Noite*, e criticou os baixos cachês pagos aos artistas através desse projeto. Pediu que houvesse um



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

texto mais claro e específico, com propostas e suas garantias. O senhor presidente disse que estava sendo seguido o Regimento publicado, até com margens de tolerância, e que eventuais discordâncias eram naturais. O senhor Fernando Guerreiro explicou que sua fala sobre cultura não a associava ao turismo e enumerou diversas ações realizadas e em curso, desse modo refutando o que acabava de dizer a oradora. O secretário Érico Mendonça disse também não haver associado cultura a turismo, tendo apenas mencionado o turismo cultural, entre outras possibilidades. Com a palavra, o senhor Joaquim Laranjeira considerou arrogante a postura do professor Paulo Henrique de Almeida sobre a terceirização, formato que afirmou ser rejeitado pelos trabalhadores sindicalizados, e que só vê possível como medida residual, afirmando que os patrões não respeitam os direitos do trabalhador nessa modalidade. Criticou a falta de acessibilidade na Escola Politécnica da UFBA, o que desatende a Decreto, e opinou que a indústria tem influência sobre o turismo, dando o exemplo de parques industriais que evidenciam novas áreas de interesse. Concluiu apontando imoralidade no fato de um ex-presidente da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) atuar como advogado do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador (SETPS). O vereador Everaldo Augusto observou que o PDDU não pode ter “mil e uma utilidades”. Lembrou que Salvador tem muitas carências e demandas, e que, no último PDDU, foi perdida a oportunidade de sanar alguns desses problemas. Concordou com o professor Paulo Henrique quanto às partes do PDDU estarem desconectadas e registrou algumas de suas constatações: disse que há uma grande pressão para que o PDDU resolva derrubar a legislação ambiental vigente para promover a Linha Viva, operações consorciadas e verticalizações, e que a outra parte do Plano consiste apenas em carta de intenções. Considerou incompleta a parte do Plano voltada ao turismo e, por outro lado, completa demais a voltada à cultura, e reforçou a necessidade de haver metas no Plano. A senhora Maria Alice Pereira, mestranda em Arquitetura, registrou que, em novembro de 2015, a Faculdade de Arquitetura realizou um seminário do qual resultou um relatório com vinte



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

propostas a serem apresentadas nesta Audiência. Ademais, tratou sobre seu projeto de mestrado, que tem como tema a Pedra de Xangô. Lembrou que muitos terreiros de Candomblé são considerados terreiros de laje e usam espaços verdes públicos para realizar muitas de suas atividades, e afirmou que, atualmente, estima-se haver mais de 500 terreiros em Cajazeiras. Informou que o PDDU prevê o Parque da Pedra de Xangô e o da Fazenda Grande II, mas que, com relação ao primeiro, faz referência apenas à área circunscrita à Pedra; afirmou que o previsto no documento não atende ao povo-de-santo; e concluiu dizendo que as áreas por ele utilizadas estavam sendo catalogadas para que houvesse ampliação do espaço destinado ao Parque da Pedra de Xangô. O professor Paulo Henrique agradeceu pelo convite e despediu-se de todos em razão de outro compromisso. O senhor presidente convidou o professor Paulo César Miguez, vice-reitor da UFBA, para compor a Mesa. Em seguida, informou estarem acatando solicitações para realização de novas audiências, já estando previstas na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), no Subúrbio e em Cajazeiras, e sugeriu a realização de uma na UFBA. O professor Paulo Miguez pediu desculpas pelo atraso, explicando ter composto uma banca examinadora, em seguida deparando com um engarrafamento nos Barris, e aceitou a sugestão de realização de uma audiência pública na UFBA. Disse que Salvador sempre foi uma cidade pré-industrial, mas com vocação pós-industrial, a qual o PDDU deveria explorar para torná-la mais justa. O senhor Mozart Estrela observou que um novo PDDU gera novas expectativas a produtores e artistas e pediu que, minimamente, nele constassem prazos para que esses profissionais pudessem ter um horizonte e se organizar. Sugeriu que todo artigo sobre a cultura fosse cumprido a curto prazo e disse que a consultoria chamada mostra que não tem identidade, pois propõe novas centralidades, mas não reconhece as que já existem. Questionou se a Prefeitura teria largado o “pepino” de um ano para a CMS resolver em três meses e ressaltou que vários palestrantes já destacaram sua inconsistência. O senhor presidente leu a lista das entidades e dos edis inscritos para fala e convidou o vereador Geraldo Júnior para assumir a condução dos trabalhos. O vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Léo Prates pediu atenção ao tema discutido e que não se fizesse confusão entre matéria de PDDU e de LOUOS. Observou que o Projeto discutido estava na Casa havia três meses para que se fizessem propostas e contou vir estudando o PDDU de São Paulo como referência. Parabenizou a ABIH-BA por trazer documento escrito, e também o acordo que garantiu o respeito ao RI e à ordem dos falantes. Declarou-se disponível para qualquer debate ou oficina e discordou quanto à possível escassez de tempo, opinando que só a prática poderia apontar isso. Com a palavra, o senhor Carl Hauenschild, citando a Resolução n. 25 do Ministério das Cidades, afirmou que a audiência era para se ouvir o público, e não os vereadores. Observou que o PDDU define a política de desenvolvimento urbano e afirmou que a discussão sobre ele deveria centrar-se na função social da propriedade, que deveria ser posta em prática através de mapeamento de áreas de interesse social. Observou ainda que a Constituição traça linhas gerais nesse sentido, e que o PDDU é a única lei inter-setorial, e propôs, para a sua concretização, que se criasse, para cada diretriz, uma estratégia. O senhor presidente disse que todos os vereadores representam o povo, por tal razão tendo voz na audiência. Um dos presentes tomou a palavra para dizer que o senhor Carl não havia tentado suprimir as falas dos vereadores, mas sim, defendido prioridade para os populares. Com a palavra, a senhora Sol Rodrigues, da Associação de Cassange, disse ver o turismo obsoleto, necessitado de novas perspectivas. Pediu atenção ao Vetor Ipitanga, no qual se inclui a região que representava, que tem forte presença de matriz africana. Explicou haver forte especulação imobiliária nessa área em função do programa *Minha Casa, Minha Vida* e defendeu o desenvolvimento próprio do lugar, baseado no turismo, dando detalhes do seu projeto de turismo sustentável. Concluiu afirmando que os turistas querem, mais do que praia, história. O vereador Sílvio Humberto lamentou não ter visto as primeiras apresentações, mas disse ter visto a do professor Paulo Henrique, sobre a qual comentou, dizendo concordar que a economia em Salvador é de serviços, do conhecimento e de pessoas, mas questionando como tratar o PDDU sob esse foco sem tratar o caráter estruturante do racismo. Considerou que o Plano



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

não dialoga com essa questão e indaga se o que tem ficaria na retórica. Afirmou que o estado teria que reconhecer o potencial das pessoas negras e que, se se quiser um novo paradigma, tem que se trazer uma nova centralidade. Afirmou ainda que os negros não precisam de reparação cultural, pois já há muitas entidades que a realizam, mas, de reparação econômica e de políticas públicas, as quais, sem recorte racial e de gênero, não se realizam verdadeiramente. Lembrou que na UFBA não havia diversidade, mas, com ações afirmativas, passou a haver, e voltou a defender o combate ao caráter estruturante do racismo. O senhor Henrique Barreiros explicou ser um arquiteto que resolveu se ater a promover interesses coletivos e considerou que tudo estava errado no PDDU. Contou que, quando o prefeito levou pessoas ao Hotel da Bahia para falar sobre o novo PDDU, ele criou a expectativa de que alguém entendia o que é um plano a longo prazo. Disse que um plano envolve metas de curto, médio e longo prazo, e envolve ainda disponibilizar recursos e assumir compromissos. Disse ainda que não adianta ter ideias sem as situar no tempo e pediu que a senhora Tânia Scofield se responsabilizasse pela falta de transparência na parte técnica, e o secretário Sílvio Pinheiro, pela parte jurídica. A senhora Bianca afirmou que quem não tem expertise fica voando, apontou obscuridade e disse que a audiência no MP foi mais clara. Disse também que, se o Plano não alcança o cidadão, a seu ver, ele não tem validade alguma, bem como se ele não aborda questões tecnológicas e ambientais. Considerou que o afrodescendente não tem que ser incluído, pois a Cidade também é dele, e que o termo inclusão acaba sendo segregador. Afirmou que privatização e terceirização não são o caminho, pois significam retrocesso nos direitos trabalhistas, e que incluir o cidadão trazendo profissionais de fora é uma opção política segregadora. Concluiu pedindo a criação de um espaço cultural acessível a todos. O vereador Claudio Tinoco endossou as palavras do senhor presidente sobre a participação dos vereadores e deu o exemplo de si próprio, que tem estudos em administração pública que o credenciam à discussão em curso. Elogiou as diretrizes do PDDU e disse ver perda no turismo como negócio. Criticou a decisão do Governo do Estado de criar centro de



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

convenções no Comércio, indagando se a Cidade queria isso, e considerou que, além da dimensão negocial, o turismo deve albergar a dimensão social e comunitária. Concluiu citando o art. 14 do PDDU e afirmando faltar incentivo a serviços nas praias. Com a palavra, o senhor Daniel Colina afirmou que não é apenas a universidade que responde pela cultura e disse ver a educação, cultura e lazer como elementares para as crianças que, sem isso, seguem para a criminalidade. Comentou ideias de Anísio Teixeira sobre a escola-parque e disse que o setor empresarial estava ausente do debate. Ressaltou na necessidade de se saber o que seria feito na região de Águas Claras, com a nova Rodoviária, e defendeu plano urbanístico para regiões como o Subúrbio Ferroviário e a Baía de Todos-os-Santos, bem como a criação do plano metropolitano. Com a palavra, o senhor Cláudio Silva considerou que o PDDU se inseria numa perspectiva de trinta anos, não podendo se ater a questões pontuais, mas devendo ser objetivo o bastante em certos aspectos. Comentou as inovações de mobilidade urbana geradas com o Metrô e indagou se as pessoas estariam preparadas para suas consequências, como a diversidade da Cidade emergindo. Afirmou que os especialistas não estavam desempenhando papel central no processo do PDDU e pediu discussão sobre sua importância como propulsor econômico. Com a palavra, o professor Paulo Henrique de Almeida defendeu a integração dos elementos sobre os quais havia tratado. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que esse era o maior PDDU do qual já participara em seus quatro mandatos, afirmando não ter havido dissociação da LOUOS nos outros, o que pode ter sido um equívoco, agora corrigido. Disse que não se podia procrastinar o tempo, mas sim, trazer sugestões e soluções, afirmando que a CMS iria melhorar o Plano, o que não fora feito no passado, quando se acovardou e o piorou com a aprovação de diversas emendas. Disse ainda que o curto prazo é para dar sugestões, o médio, votar o Plano, e o longo, colher os frutos. Afirmou que Salvador atualmente era uma cidade diferente e ressaltou o trabalho do prefeito ACM Neto. O vereador Gilmar Santiago disse que talvez fosse preciso rever o modelo das audiências públicas e questionou se todas ocorreriam no mesmo recinto em



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

que estavam. Considerou que o nível dos debates na audiência do MP foi mais elevado e qualificado, e que poucas contribuições da sociedade civil sairiam desta audiência. Pediu que fossem realizadas audiências públicas da CMS, e não de vereadores, fora do Centro de Cultura da Casa, e concordou com o vereador Sílvio Humberto quanto ao PDDU dever ter como nexos a reparação, afirmando que a desigualdade é estruturada no racismo. Questionou se o modelo de desenvolvimento econômico adotado era capaz de tirar Salvador da situação atual e criticou a economia central que espalha a economia da miséria para outras áreas. Disse que o Plano não fala da economia popular e dos ambulantes, da mesma forma como tinha vereador que não queria prostituta no Rio Vermelho. Disse ainda que era preciso ver de que forma se qualificariam as audiências públicas da Casa e concluiu dizendo concordar com o senhor Carl sobre os prazos e metas. Retomando a condução dos trabalhos, e diante de reações desfavoráveis à fala do orador, o senhor presidente Paulo Câmara pediu desculpas em nome da instituição a quem tivesse se sentido ofendido. O vereador Joceval Rodrigues lamentou o fato ocorrido justo em uma audiência pública que discutia os problemas da Cidade, em especial a área econômica, na qual se apresenta, a seu ver, o maior problema de Salvador, que é a baixa arrecadação. Considerou o acontecimento uma tentativa grosseira de desviar a atenção do que verdadeiramente importava, e questionou quais foram as contribuições dadas, lembrando que para isso servia uma audiência pública. Disse concordar com questionamentos sobre a participação dos edis, mas disse ser desmotivador sair da audiência sem contribuições. Observou que muitas pessoas presentes são representantes de entidades e desejou que o cidadão comum pudesse ter uma cartilha para entender melhor sobre o PDDU. Concluiu dizendo que faltava respeito ao Poder Legislativo, a quem cabia melhorar o documento. Foi lida a Súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 16 de dezembro de 2015, tendo, na sequência, sido solicitadas as seguintes retificações: inclusão do nome do vereador Antônio Mário na lista de vereadores presentes à referida audiência; correção do sobrenome do senhor Henrique,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

de Barreto para Barreiros; e alteração da fala do senhor Marcos Sampaio sobre a promotora Hortência Pinho, pois ele havia perguntado se ela não tinha sido convidada a participar da audiência, e não o porquê de não estar presente. Pela ordem, o senhor Carl Hauenschild perguntou se os questionamentos feitos seriam respondidos, tendo o senhor presidente dito que as respostas já tinham sido disponibilizadas no *site* da CMS. O secretário Érico Mendonça agradeceu pelo convite, lamentou as ausências e colocou-se à disposição da CMS. O vereador Luiz Carlos de Souza destacou a importância de todos os presentes e disse que cada edil tinha sua história e contribuição própria neste processo do PDDU. Observou que os projetos do Executivo não saem da Casa sem emendas e disse esperar que assim acontecesse com o do PDDU. Disse ainda querer discutir estratégias sobre o baixo índice de turistas estrangeiros e criticou as condições do Porto e do Aeroporto de Salvador. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e disse haver percebido os sentimentos da população. Informou a realização de outras audiências e oficinas e elogiou esta audiência, considerando-a mais produtiva que a anterior. Agradeceu aos membros da Mesa, aos vereadores e aos demais, e informou que a próxima audiência pública seria realizada no dia 23 de fevereiro. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Fernanda Fontainha e Cyro Serpa, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Comissão Especial do PDDU.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Presidente da Comissão Especial do PDDU



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Anexo VI - Ata da 1ª Audiência Pública aditada



ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CLAUDIO TINOCO, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Às 9h40, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da Câmara para anunciar o início da audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, explicando que o *site* da Câmara trazia informações sobre o Projeto e formulário para propostas e sugestões da sociedade, o qual também era disponibilizado no *foyer* do Centro de Cultura. Explicou ainda que a Ata desta audiência seria lida na próxima, ficando ainda disponível no *site* da Câmara. Em seguida,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

convidou para compor a Mesa os senhores: presidente Paulo Câmara; vereadores Arnando Lessa, Geraldo Júnior e Léo Prates; Sílvio Pinheiro, secretário municipal de Urbanismo; Tânia Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira; Marcos Galindo, conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção no Estado da Bahia (Sinduscon); e Lídia Santana, coordenadora técnica da Comissão para o PDDU. Em seguida, o senhor presidente Paulo Câmara, abrindo a audiência pública, indagou se estava presente algum membro do Conselho da Cidade, tendo recebido resposta afirmativa, que o fez convidar à Mesa o senhor Leomar Borges, representante daquele órgão. Composta a Mesa, o senhor presidente disse que se iniciava um processo de debates pautado pela transparência, inclusive pelo fato de esta e as demais audiências previstas serem transmitidas pela TV Câmara, e o Regimento das audiências estar publicado no *site* da Casa, sendo passível de receber críticas por escrito. Explicou que as emendas ao Projeto deveriam ser discutidas no Plenário da Casa, sendo decididas pelo colegiado de vereadores, e firmou o compromisso de contar com a participação de todos, bem como o de se cercar dos cuidados para que isso acontecesse. Explicou ainda o rito das audiências, que previa as falas dos participantes da sociedade antes das falas dos vereadores, e concluiu desejando um bom trabalho. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse haver uma oportunidade ímpar para um processo transparente e lembrou que o sentido de uma audiência é ouvir o povo. Opinou que, em face de uma greve de ônibus que prejudicou a ida de muitos à audiência, ela não devesse



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

ser considerada a primeira do Calendário, e pediu debate sobre o regimento das audiências, no qual via brechas. O senhor presidente elogiou a fala da vereadora, mas disse que esta audiência seria contabilizada por haver mais presentes do que se suporta. Com relação ao Regimento, lembrou de já haver explicado sobre as críticas a serem enviadas por escrito. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho opinou que a audiência deveria ser anulada, tendo o senhor presidente respondido que o assunto já estava pacificado pela Mesa. Novamente pela ordem, o vereador Hilton Coelho considerou essa decisão um problema e questionou aos presentes quem não era servidor da Prefeitura ou da Câmara, observando que metade era composta por essas pessoas, razão pela qual considerou que a audiência estava prejudicada. Em seguida, também considerou o Regimento da audiência um problema e defendeu a necessidade de haver um debate específico sobre ele. Reiterou que a presente audiência pública não deveria contar, afirmando que a primeira audiência pública a se realizar deveria ser para discutir o Regimento. Pela ordem, o senhor Joaquim Laranjeira, do Projeto Cidadão, considerou basilar a leitura do Regimento antes de qualquer fala técnica e propôs que as falas fossem intercaladas entre a edilidade e a sociedade civil. Além disso, questionou a duração da audiência pública, pedindo sua prorrogação em uma hora, já que esse foi o tempo de atraso para o seu início. O senhor Presidente respondeu que a ordem das falas já tinha sido invertida, confirmou a prorrogação da audiência em uma hora e reiterou que as contribuições ao Regimento deveriam ser feitas por escrito. O senhor Marcos Sampaio, do Conselho de



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Saúde, avaliou que esta era a audiência pública mais segura, afirmando haver muitas barreiras para se ter acesso a ela e considerando desnecessário esse esquema de segurança. Disse que a audiência já começou com irregularidade no horário e que não viu como sua participação seria assegurada. Comentou sobre as duas últimas audiências públicas realizadas pela Prefeitura, dizendo ter havido pressa e confusão e considerando que a situação deveria servir de exemplo para não se repetir, e opinou que o adiamento da presente audiência pública seria a melhor decisão. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago disse não haver acordo sobre o Regimento das audiências, afirmando que o documento não foi construído coletivamente e que ele e outros edis se manifestaram a esse respeito antes da audiência, propondo outra metodologia. Disse que a Câmara deveria aperfeiçoar o processo havido na Prefeitura, mas que, ao contrário, estava ocorrendo um retrocesso, e que deveria haver algum tipo de controle quanto à segurança, mas, sem exageros, afinal, a Câmara é a casa do povo. Por fim, questionou como a sugestão das pessoas seriam consideradas e sobre o grupo de três pessoas que fariam as avaliações, e pediu aperfeiçoamento do processo, inclusive com a discussão do conceito de audiência pública. O senhor presidente disse que havia membro do PT na comissão que criou a metodologia das audiências, e avaliou não haver culpa se o vereador Gilmar Santiago não se sentia por ele representado. Em seguida, a palavra foi concedida ao secretário Sílvio Pinheiro, que considerou o momento histórico, algo sem precedentes com relação à elaboração de um PDDU, e opinou que este seria o PDDU mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

participativo do País. Em nome do prefeito, disse que o PDDU deveria refletir um consenso dentro da sociedade e destacou o papel da Casa na consolidação dessa meta. Explicou que seus objetivos voltavam-se à distribuição de riquezas e oportunidades, sem favorecimento a segmentos. Contou que, em 14 meses, haviam sido realizadas oficinas em mais de 20 bairros, além de audiências públicas e fóruns temáticos, com a participação de especialistas internacionais. Concluiu explicando que a minuta do PDDU não estava fechada, e que o prefeito transmitia à Casa parte de sua construção. Com a palavra, a senhora Tânia Scofield exibiu imagens para subsidiar sua explanação sobre o PDDU, que seria centrada em seus Títulos I e II. Pela ordem, participante questionou sobre o Regimento, pedindo sua leitura. O senhor presidente respondeu que o Regimento estava publicado e que o Estatuto da Cidade não trazia a obrigatoriedade de sua leitura. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto observou que as decisões sobre o PDDU não poderiam ser monocráticas por envolverem a coletividade, principalmente no âmbito do Legislativo, e defendeu que, ainda que não houvesse obrigação legal, a leitura do Regimento fosse realizada. O senhor presidente agradeceu ao vereador e reiterou que os conteúdos sobre o PDDU não estavam fechados. Retomando sua exposição, a senhora Tânia Scofield explicou que o PDDU é projetado para até 2049, com a obrigação de ser revisado, segundo o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do Município (LOM). Explicou ainda que ele integra o plano *Salvador 500*. Pela ordem, participante citou Lei que obrigaria a leitura do Regimento, tendo o senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

presidente dito que o Regimento seria lido após a exposição em curso. Retomando a palavra, a senhora Tânia Scofield tratou sobre o conteúdo político e social do PDDU, bem como seus objetivos e diretrizes, como inclusão social, investimento em saúde, desenvolvimento sustentável, proteção ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico, acessibilidade, entre outros. Disse que o vetor de igualdade se aplicaria à distribuição dos equipamentos na Cidade, e que se vislumbrava o futuro, inclusive considerando-se a nova pirâmide etária que se desenharia. Informou que haveria ordenamento da ocupação das áreas não-aproveitadas, ligação de 100% das residências às redes de água e esgoto e solução para as populações de áreas impróprias. Disse que também se visava ao fortalecimento da identidade cultural de Salvador e da força econômica da Cidade, e que seria criado o Estatuto da Metrópole, com discussão também nos demais municípios da Região Metropolitana, que eram objeto do plano *Salvador 500*. Disse ainda que seriam demarcadas áreas especiais, como as de quilombolas, cuja proteção legal é insuficiente, e que os investimentos se voltariam a uma melhor habitabilidade. Continuou falando das diretrizes do Projeto, como a prioridade para o sistema de transporte coletivo e o uso de energia limpa; garantia de condições adequadas de mobilidade; expansão da rede de transporte de média e alta capacidade, consolidando a policentralidade urbana; garantia de acesso às pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida aos espaços públicos; preservação da memória e da identidade local; conservação dos recursos naturais, em



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

especial dos mananciais hídricos; expansão das iniciativas de universalização do saneamento básico e articulação com os ordenamentos de Lauro de Freitas e Simões Filho. O vereador Arnando Lessa informou que as contribuições sobre o Regimento poderiam ser enviadas em até 72 horas, por escrito, através do *site* da Câmara, e que fora acatada a questão de ordem do vereador Everaldo Augusto para a leitura do Regimento. Pela ordem, o senhor Joaquim Laranjeira lembrou que todo o poder emana do povo e que questão de ordem é regimental. O vereador Arnando Lessa lembrou que todo cidadão deve ter conhecimento da legislação e comentou sobre o art. 8º da Resolução n. 25/2005 do Conselho das Cidades – exibido no telão –, que trata dos requisitos que devem atender as audiências públicas no processo de elaboração de plano diretor. Disse que o objetivo do Regimento foi ser o mais simples e acessível possível, e procedeu à leitura do Regimento. Com a palavra, o senhor Marcos Galindo parabenizou o trabalho desenvolvido pela Prefeitura e coordenado pelo secretário Sílvio Pinheiro, e disse que o desafio agora era justamente debater, ouvir e depois legislar sobre o Projeto de Lei n. 396/15. Observou que, no PDDU, estão as expectativas de melhoria para a cidade, ressaltou a questão da segurança jurídica e informou ser arquiteto e trabalhar diariamente com o PDDU, para saber o que pode fazer. Em sua explanação, com o apoio de *slides*, discorreu sobre a base legal no art. 182 da Constituição Federal (CF) e no Estatuto da Cidade, do qual tratou sobre os artigos 1º, 2º (incisos I a VI), 4º (inciso III), 39, 40, 42 (inciso III), 43 (inciso I) e 44. Em seguida, apresentou sugestões de redação quanto a



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

alguns dispositivos dos Títulos I e II do Projeto. Lembrou que o Plano *Salvador 500* ainda está em elaboração e, portanto, inexistente, afirmando que, por uma questão de lógica, a redação do art. 2º precisava ser melhorada, além de mais objetiva em outros aspectos. No art. 3º, disse ter sentido falta das ilhotas e de mais especificações sobre os terrenos da Marinha, e, no art. 6º, também avaliou questão de ordem e lógica. Com relação ao art. 5º, questionou se, no Projeto, foram definidas ações estratégicas e prioridades a serem observadas e respeitadas; programas, projetos e ações com objetivos, indicadores e metas; e instrumentos de gestão, de monitoramento e de avaliação. Considerou confuso saber o que eram objetivos e diretrizes, trazidos pelos artigos 11 e 12, e sugeriu que as diretrizes fossem adotadas como critérios de caráter geral aos quais se associam objetivos estratégicos, seguindo-se o art. 182 da CF e o art. 2º do Estatuto da Cidade. Quanto ao art. 7º, sugeriu a redução do prazo de 8 para 4 anos, em razão da segurança jurídica, e, quanto ao art. 8º, lembrou do art. 40 do Estatuto da Cidade, que diz que o Plano Plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no PDDU. Em suas considerações finais, reforçou a importância de não se afastar da legislação, visando à segurança jurídica, e de que o PDDU seja uma verdadeira ferramenta de gestão da cidade, com real utilidade para gestores públicos, agentes econômicos, comunidade técnica e científica, representações da sociedade civil e cidadão. Por fim, sugeriu que a Prefeitura se estruturasse com um sistema de planejamento e monitoramento contínuo



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

da execução da política urbana e do PDDU. Na sequência, o senhor Presidente registrou a presença de representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI/BA) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA). Pela ordem, o senhor Joaquim Laranjeira lembrou que questões de ordem foram prometidas para depois dos pronunciamentos previstos. Após inscrições para fala, o senhor Henrique Barreto leu pronunciamento do CAU/BA sobre a supressão das prerrogativas consultivas dessa entidade, por força de uma Lei de 2012. Defendeu uma análise comparativa das prioridades e metas de cada gestão municipal e observou que o PDDU deve integrar diretrizes setoriais, o que não via se concretizar. Disse que, se as metas não forem devidamente expressas, descaracterizar-se-iam como vetores de longo prazo. Também defendeu que, sendo o PDDU uma Lei que sucede outras, deveria haver um reexame das anteriores, para se verificar o que de fato foi mudado, e concluiu endossando as palavras do representante do Sinduscon. O Senhor Mozart Estrela defendeu mobilização para se proceder a alterações no texto do Projeto. Considerou curto o tempo usado pelo representante do Sinduscon e disse ver obscuridade na previsão de alguns prazos na Minuta do PDDU, pedindo que isso fosse discutido, assim como as metas previstas. O senhor Marcos Sampaio lembrou que a gestão democrática era uma das metas a serem seguidas e questionou o cumprimento disso na audiência. Disse que a população periférica estava confusa com relação ao PDDU e o *Salvador 500*, e questionou por que não estava presente a promotora de Justiça Hortênsia



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

Pinho. Pediu que fosse favorecida a ampla participação no processo e criticou a linguagem hermética adotada, que dificultava a compreensão de muitas pessoas. O senhor Joaquim Laranjeira observou que, se o que havia era uma minuta do Regimento, a plenária teria o direito de nela interferir. Disse que o senhor presidente prometera dar a palavra, mas não deu, e pediu que uma audiência extraordinária fosse convocada só para discutir o Regimento, lembrando que nem todos têm acesso à internet para enviar contribuições através de *site*. Considerou que o Regimento das audiências da Prefeitura era muito melhor e que o secretário Sílvio Pinheiro as conduziu brilhantemente, enquanto o presidente da Câmara achava que a presente audiência era uma sessão ordinária. Contou ter um filho com deficiência e das dificuldades de acesso no entorno da região do Iguatemi, considerando haver um anti-urbanismo na Cidade. Considerou que o presidente estava se excedendo em sua autoridade e ressaltou a necessidade, para evitar que o Regimento fosse judicializado, de haver uma audiência pública apenas para discuti-lo, pedindo decisão a esse respeito. A senhora Arilma Borges, consultora jurídica do Participa Salvador, considerou legítimo o pleito de seu antecessor, afirmando que o parágrafo 1º do art. 3º da Resolução n. 25/2005 legitimava a discussão do Regimento das audiências públicas pela população, razão pela qual solicitou o deferimento do pedido. No caso de negativa, indagou como a população enviaria suas contribuições e se as contribuições seriam de alguma forma debatidas, além da data para apresentação das devolutivas. O senhor Rodrigue Costa, da Chama Viva,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

explicou que a instituição combate a violência, comentou sobre a situação das comunidades periféricas e ressaltou a importância de se debater a segurança pública no processo de discussão do PDDU, sugerindo que houvesse uma audiência só sobre o assunto. A senhora Juliana Fraga questionou à Mesa se o Edital de Convocação para a audiência havia sido publicado, pois não o havia visto, assim como outros. Observou que Resolução do Conselho da Cidade determinava que o Diário Oficial do Município (DOM) não poderia ser o único meio desse tipo de divulgação, e que, sem a devida divulgação, a audiência nem poderia estar sendo realizada. Defendeu a participação popular também na Mesa, por ser ela o núcleo de decisões, e a alternância de locais e horários das próximas audiências, em favor do comparecimento de mais pessoas, o que era previsto no PDDU atual. Concluiu dizendo que a audiência se assemelhava a uma sessão da Câmara e criticando o uso de grades na entrada do recinto. A senhora Fernanda Cristina Silva defendeu um nivelamento de informação para tornar mais acessível o conhecimento sobre as questões da Cidade. O senhor Carl Hauenschild disse que ainda não se tinha conhecimento sobre o Anexo V, que eliminava artigo da Lei, e criticou essa retirada, que elimina estudos técnicos para o PDDU. Questionou se o Projeto do PDDU estava completo, abarcando o conteúdo mínimo, os estudos técnicos e a avaliação do PDDU anterior, pois, caso não estivesse, teria de ser devolvido ao Executivo. Informou que disponibilizaria documentos aos vereadores, e que havia 640 questionamentos levantados pelo trabalho do qual participara, muitos dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

quais haviam sido total ou parcialmente não respondidos. A senhora Marina Teixeira, arquiteta urbanística do Participa Salvador, contou que a equipe elaborou um banco de dados para monitoramento das contribuições dos cidadãos, através do qual se observou que, das 667 contribuições, 74% foram realizadas de maneira pública e oral, mostrando que a população prefere se manifestar dessa forma, razão pela qual o envio através de *site*, conforme se pretende, diminuiria drasticamente as contribuições. Também criticou a realização da audiência em um dia em que houve paralisação de ônibus e informou que, das contribuições dadas, cerca de 40% não foram respondidas pela Prefeitura. Disse que, se não se aprimora o Regimento e ainda há retrocesso, a efetiva participação social diminui ainda mais, e mencionou a falta de fidedignidade das atas. Listou as palavras-chaves registradas nas audiências, como transparência, participação e metodologia, contando que elas representam 73%, e afirmou que as questões metodológicas fazem parte do controle social. Por fim, considerou inadmissível que, após a Prefeitura entregar o Projeto à Câmara, o Regimento feito para as audiências da Casa não superasse os grandes embates havidos nas audiências da Prefeitura. O senhor Daniel Colina lembrou das denúncias feitas ao Ministério Público (MP) que levaram a Prefeitura a aceitar dialogar e considerou a questão do prazo um ponto importante. Chamou a atenção de que o setor empresarial não tem participado das audiências e destacou a grande deficiência de infraestrutura na Cidade. Disse que a Universidade tem que dar sua contribuição, que a segurança jurídica é importante e que o debate tem de ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

ampliado. Voltou a comentar sobre o empresariado, pedindo uma maior participação, e pediu o cumprimento do disposto no art. 2º do Estatuto da Cidade. Por fim, mencionou a 6ª Conferência Nacional das Cidades a se realizar, ressaltando a importância das atuais discussões para o evento. O senhor Átila Santana Cerqueira afirmou que tem ônibus circulando na Cidade desde às 8h e que a audiência foi sim divulgada na imprensa. Considerou que o debate sobre a Cidade vinha sendo realizado havia um ano através do programa *Ouvindo Nosso Bairro* e que não adiantava fazer da audiência um palanque, dizendo saber que a maioria dos presentes era membros de partidos da Oposição. Por fim, mencionou as Prefeituras-Bairro e disse que muitas das propostas recebidas da população já estavam sendo executadas. Na sequência, o senhor Presidente passou a responder aos pronunciamentos realizados. Pediu que fosse entregue à Mesa o documento lido pelo senhor Henrique Barreto e solicitou que o pedido nele exposto fosse examinado pela Comissão competente. Refutou a ideia de “ditadura” e informou que a promotora Hortênsia Pinho não estava fazendo parte do processo. Informou ainda que o envio de propostas pelos cidadãos deveria ser feito pelo *site* ou no 2º andar do Ed. Rio Lima. Disse que o Edital para a audiência fora publicado nos jornais Correio, Tribuna da Bahia e A Tarde, e que a cartilha sugerida, mesmo não sendo obrigatória, poderia ser elaborada. Disse ainda que analisaria as questões do Anexo V e do conteúdo mínimo e, sobre o controle popular, reiterou informações sobre os meios de participação, explicando que seria feita a análise técnica do conteúdo



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

enviado. Com a palavra, o vereador Léo Prates ressaltou a importância do respeito em meio à natural discordância. Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), afirmou que o Regimento das audiências não poderia ser maior que o Regimento Interno (RI) da Casa, ao qual as audiências públicas se sujeitam, por serem de previsão regimental. Afirmou que se buscava o consenso quanto ao que rege as atividades e lembrou que o RI está de acordo com a LOM, o Estatuto da Cidade e a CF. O vereador Arnando Lessa pediu que os questionamentos fossem encaminhados à Comissão de Planejamento Urbano e considerou que as críticas deveriam ser apresentadas no momento certo, observando que ainda se estava no início dos trabalhos do PDDU na Casa. Disse que, como presidente da referida Comissão, exerceria sua prerrogativa de elaborar um parecer paralelo ao do relator do PDDU. Disse esperar ver, na próxima audiência, o Regimento já ajustado, e pediu observância à democracia. Iniciado novo momento para falas, o senhor Kleber Silva observou não haver apenas vereadores presentes, mas, a população. Pediu que representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do MP fossem chamados para garantir a democracia e afirmou que o PDDU é da Cidade e não, do prefeito ACM Neto. Disse que o RI da Câmara é uma Resolução interna e, portanto, para vereadores, afirmando não ver nele coisa alguma sobre tramitação do PDDU. Por fim, lembrou que o Estatuto da Cidade é lei federal, estando acima do RI da Câmara, e ressaltou a democracia. O senhor Presidente leu lista das entidades e instituições que foram convidadas a participar da audiência, entre as quais



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

constavam a OAB e o MP. O senhor Henrique Barreto disse que era preciso ver se o Regimento obedecia ao disposto no Estatuto da Cidade. Em seguida, disse que faltava no PDDU uma série de compromissos do Poder Público e que sua forma de apresentação devia conter um preâmbulo capaz de ser entendido pela população, lembrando se tratar de uma lei muito complexa. Disse ainda ser preciso se discutir o que se pretendia com cada coisa, se não na Câmara, voltando ao Executivo. O senhor Joaquim Laranjeira, dirigindo-se ao vereador Léo Prates, lembrou a reunião realizada na Fonte Nova e as sugestões nela feitas. Sobre a relação do RI e as demais normas, observou haver leis federais recentes que o diploma da Casa poderia não estar acompanhando, e disse que, por tal razão, se pedia uma audiência apenas para tratar do Regimento das audiências públicas. Concluiu lembrando que audiências públicas não são o mesmo que sessões da Casa e ponderando que a pressão futura poderia ser grande, caso os necessários ajustes não fossem feitos neste momento. A senhora Juliana Fraga pediu que a Mesa respondesse a tudo o que estava sendo levantado, e disse não ter ouvido resposta às suas sugestões sobre alternância de dias e locais e de participação popular na Mesa. Concluiu lembrando se tratar de requisitos do Estatuto da Cidade e dizendo que o RI deve ser observado, mas junto à legislação. O senhor Eudes Oliveira disse continuar angustiado mesmo após reunião com a senhora Tânia Scofield e questionou como ficariam os fins de linha de Santa Cruz, do Nordeste e do Vale das Pedrinhas. Questionou também o sombreamento de praias causado por edificações, dando como exemplo um



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

prédio na Pituba e o La Vue, na Barra, cujas obras foram embargadas. Disse que vereador é representante eleito, mas não está acima das pessoas, e lembrou das eleições no ano seguinte, dizendo não caber ditadura. Afirmou estarem presentes pessoas capacitadas e lamentou que o tempo não permitisse explicações. O senhor Mozart Estrela disse que antes da terceira Minuta houve uma reunião do Conselho que culminou com modificação do documento e questionou se essas alterações não deveriam ter sido apresentadas à sociedade, já que, com elas, ter-se-ia uma quarta Minuta. Disse ainda que não houve devolutiva do que foi acatado e que parte das pessoas não conheciam o documento. Em seguida, falou sobre o inciso XV, afirmando que a Prefeitura desconsidera a entidade para tratar das questões limítrofes metropolitanas, e disse estranhar, nas diretrizes, ter que se incentivar a iniciativa privada. Concluiu sugerindo a supressão dos incisos XV, XVI e XVII do art. 11. O senhor Marcos Sampaio reiterou pedido de cuidado com a apresentação de informações em nome da compreensão dos cidadãos e afirmou que o nome do plano *Salvador 500* induz muitos à ideia de que se trataria de algo a longuíssimo prazo. Criticou a condução da audiência e o fato de o Regimento não trazer garantias de que as sugestões elaboradas seriam concretizadas. Pediu atenção a saneamento e meio ambiente e concluiu dizendo que a composição da Mesa lhe fazia recear como seria o PDDU. O senhor Atalito Batista afirmou que os vereadores não acatam as propostas e só fazem prevalecer o que querem, e propôs que, na elaboração do PDDU, fossem ouvidos os representantes de bairros. O senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

José Carlos disse que a maioria das pessoas só teve acesso à primeira Minuta e que ele próprio desconhecia a quarta. Em seguida, disse que se a audiência é aberta ao público geral, ela não deveria ser regida pelo RI da Câmara, e considerou equivocada a fala do senhor Átila Cerqueira, contando ter saído de casa às 7h20 e vindo andando, pois não havia ônibus circulando, a não ser os do sistema metropolitano. O senhor Karl Hauenschild considerou que o Projeto do PDDU deveria ser confrontado com a Lei existente, informando que os artigos 5º e 9º foram retirados e que a forma como a política se desenvolve foi jogada para o Plano *Salvador 500*. Também criticou o art. 2º, que diz que o PDDU integra o Plano *Salvador 500*, que não existe, além da ementa do Projeto, explicando que ela deve ser um resumo da lei e considerando este um erro primário do processo de elaboração de legislações. Pediu que a CCJ averiguasse se o novo PDDU seria uma revisão da Lei 7.400/2008 e o que dela permaneceu. Questionou quais foram os horizontes de 2008 que foram considerados boas políticas e bons resultados e considerou uma felicidade a fala do senhor Marcos Galindo, afirmando que, se o PDDU continua trabalhando sem metas e indicadores, nada vai acontecer e haverá os mesmos problemas dos Planos de 2004 e 2008. Contou que, no Projeto, a palavra “prioridade” aparece cinco vezes e, na maioria delas, associada à área de transporte, e que o Projeto não passa pelo conteúdo mínimo. A senhora Marina Teixeira disse que a não-realização da audiência solicitada pelos presentes atentava a tudo o que se discutia até então, e que a não-superação das questões levantadas comprometia a legitimidade do



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

processo. Observou que o PDDU, mais do que lei, é instrumento de política urbana, devendo se fundamentar em estudos técnicos e participação popular. Concluiu ponderando que a lei não pode ser observada de modo estritamente literal, pois as questões urbanas não se predem a palavras. O vereador Léo Prates, respondendo a parte do que havia sido apresentado, concordou com a senhora Tânia Scofield quanto à dimensão metropolitana do PDDU. Em seguida, disse que a promotora Hortênsia Pinho defende o diálogo mas prefere judicializar as questões antes de falar com a Casa. Disse ainda que o RI trata a audiência pública como instrumento dos vereadores e que, por essa razão, ela não pode se dissociar desse diploma, que, por sua vez, obedece à CF e às leis. Com relação à ideia de “ditadura”, considerou que essa noção pode também traduzir um modo de agir, que ele rejeita, sempre buscando conhecimento daqueles que sabem sobre os assuntos tratados. Concluiu esclarecendo não ter dito que o RI estaria acima das pessoas, e o vereador Arnando Lessa ressaltou a dinâmica de ouvir mais. O vereador Geraldo Júnior ponderou que quando o vereador Léo Prates falou do RI da Casa foi apenas por zelo e preocupação em não se sobrepor uma norma legal. Parabenizou a senhora Marina Teixeira por sua participação sempre trazendo transparência e ressaltou a presença e a figura do vereador Waldir Pires. Comentou a preocupação do senhor Joaquim Laranjeira sobre a participação popular, reiterando que elas poderão ser feitas por escrito e sugerindo que, quando não incorporadas, houvesse justificativa. Parabenizou a Câmara pelas 16 audiências públicas, afirmando que elas serão presididas por



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

vereadores presidentes das Comissões e que nada impedia a realização de reuniões temáticas em outros bairros. Por fim, disse que as contribuições do senhor Mozart Estrela deveriam ser avaliadas. O vereador Claudio Tinoco elogiou a condução da audiência, o modo como as questões acerca de sua forma foram apresentadas e a estruturação anteriormente elaborada para o processo de elaboração do PDDU. Afirmou que os vereadores seriam diligentes e propositivos, e que o Regimento preenchia os requisitos legais. Disse querer ouvir os especialistas como o senhor Marcos Galindo, a quem elogiou, e haver apreciado o que fora trazido pelo senhor Mozart Estrela, embora discordando de sua visão sobre a iniciativa privada, que vê como elemento propulsor da economia. Considerou que isso não significa a “entrega” da Cidade, assim como o protagonismo de Salvador não significa que ela queira ser a “dona” da Região Metropolitana, e concluiu lamentando as ausências. O vereador Waldir Pires destacou a importância da audiência e o interesse dos servidores, e declarou-se feliz em assistir a um encontro com integridade. O vereador Kiki Bispo externou sua satisfação pelo debate em torno do PDDU. Disse que acompanhou toda a elaboração da Lei 7.400/2008 e que, embora possa ter ocorrido algum equívoco, essa era uma nova Legislatura e a Casa estava se cercado de todas as formalidades. Considerou ter havido muito desperdício em outras audiências, com poucas contribuições concretas, e ressaltou a qualidade técnica e as contribuições, para melhorar a Cidade, dos participantes presentes. Sobre o Regimento das audiências, disse ter visto muitas contribuições orais, e concluiu afirmando



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

que, ao final, a Câmara também seria elogiada pelo trabalho. O vereador Joceval Rodrigues endossou fala de orador que o antecedeu, afirmando que, mesmo com as diferenças, estavam construindo algo vital para a Cidade. Criticou os que agiam na audiência como se estivessem em palanque pré-eleitoral e disse que os mesmos que criticam o *Salvador 500* tiveram suas ideias incorporadas ao PDDU. Por fim, lamentou que a imprensa houvesse noticiado “bate-boca” e “confusão” na audiência e pediu respeito mútuo. A vereadora Aladilce Souza, sobre a forma do processo de elaboração do PDDU, lembrou que a CF prevê a o exercício do poder pelo povo não apenas pela via representativa, mas, também, de modo direto. Disse que é necessário saber conviver com esses dois instrumentos, pois a democracia não pode ser um conceito retórico. Disse ainda que o Estatuto da Cidade fortalece a necessidade dessa participação popular direta, e que a audiência pública, como concebida no Regimento, não contempla essa perspectiva. Considerou que a composição da Mesa não representava o todo da Casa e rejeitou que o senhor presidente determinasse o que seria ou não aceito. O vereador Sílvio Humberto questionou o que seria participação e participativo, e opinou não estarem conseguindo ter um processo verdadeiramente participativo, afirmando que esse seria o grande desafio. Disse que, nas audiências, seriam as mesmas pessoas falando para as pessoas e não, com as pessoas, mas que seria possível com elas construir e se ter, de fato, um processo participativo. Disse ainda que era preciso repensar o local de realização das audiências, mesmo considerando as reuniões temáticas, e questionou como garantiriam



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

o povão ali dentro. Opinou que a transmissão pela tevê e a participação ali dentro eram pouco, defendendo a necessidade de serem inovadores. Por fim, disse não querer em 2049 o mesmo retrato, destacando a importância de se garantir a diversidade, e afirmou que os PDDUs têm atingindo apenas a alguns cidadãos. O vereador Isnard Araújo ressaltou o início dos trabalhos de ouvir a todos e a importância de se ter paciência nesse processo, e lembrou do PDDU metropolitano, afirmando que o Estado dele deve participar. Disse que não sabiam que faltariam ônibus e considerou que estavam presentes os que deveriam estar, e que os convidados não vieram por agenda ou princípio. Por fim, disse que deveriam trabalhar pela segurança jurídica, para votarem conscientes de terem feito o melhor para o povo. O vereador Gilmar Santiago afirmou que esta primeira audiência o preocupava quanto ao desdobramento do processo iniciado. Disse haver acreditado que, nela, tratariam as lacunas existentes, e que via prevalecer um Regimento que não fora devidamente discutido. Criticou a distribuição do tempo com relação aos membros da Mesa e defendeu que o PDDU não é guerra, embora envolva disputas relacionadas aos interesses do capital, e que, portanto, deveria propiciar intermediação. Concluiu pedindo a audiência sobre o Regimento. O vereador Hilton Coelho comentou sobre as questões levantadas quanto ao Regimento e, com relação a prazos, considerou que 20 dias haviam se tornado 72 horas. Indagou como mudar o Regimento com o processo em andamento e voltou a defender a anulação desta audiência para, em seguida, realizar-se uma apenas sobre o Regimento. Sobre a pluralidade participativa, informou haver



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

elaborado proposta de calendário, que entregaria à Mesa. O vereador Euvaldo Jorge disse que o vereador Hilton Coelho nunca elogiava coisa alguma. Disse ainda que este era o início dos trabalhos na Casa e que as perguntas deveriam ser todas respondidas. Considerou que muita gente tem conhecimento e que é preciso ouvi-las, mas criticou que o debate ficasse entre as assessorias. Defendeu a discussão do PDDU e pediu que os vereadores trouxessem para as audiências mais pessoas e suas contribuições, ponderando que, embora fosse impossível agradar a todos, fosse aprovado um bom PDDU para a Cidade. O vereador Arnando Lessa discordou do vereador Gilmar Santiago e disse esperar contribuir efetivamente para ter na lei o melhor possível para a população. Chamou a atenção para o fato de a Mensagem que encaminhou o Projeto ter vindo sem pedido de urgência, afirmando que essa foi uma ação solicitada à liderança de Governo. Opinou que fazer política não é dar gritos, mas, conciliar interesses sem abrir mão de princípios, e afirmou que se entidades propusessem uma reunião, eles iriam. Reiterou a forma de envio das contribuições e lembrou que, nas Comissões, prevaleceria o equilíbrio de forças e não, quem seria o relator da matéria. Por fim, disse que seu papel seria mantido até quando fosse importante e informou que a Comissão de Planejamento Urbano se reúne toda segunda-feira, às 13h. Findas as inscrições, o senhor Presidente parabenizou a todos os presentes e chamou a atenção para a diferença entre obstruir e construir. Disse que os vereadores Arnando Lessa e Léo Prates têm competência para estarem onde estão e ressaltou a democracia. Por fim,



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU

informou que a próxima audiência pública seria realizada no dia 19 de fevereiro e, nada mais havendo, declarou encerrada a audiência pública.